



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL**  
**- MESTRADO PROFISSIONAL -**

LEONARDO DE SOUZA POLLI

**ETNOATLAS DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA)**  
Relatório Técnico e Material EtnoGeográfico

Feira de Santana, BA

2017

LEONARDO DE SOUZA POLLI

## **ETNOATLAS DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA)**

### **Relatório Técnico e Material EtnoGeográfico**

Relatório Técnico e Material EtnoGeográfico do do Quilombo Rio dos Macacos entregue ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – Mestrado Profissional – da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Pedro S. de F. Bandeira

Feira de Santana, BA

2017



### **Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteadó**

Polli, Leonardo de Souza  
P836e Etnoatlas do Quilombo rio dos Macacos (BA) : relatório técnico e material etnogeográfico. /Leonardo de Souza Polli. Feira de Santana, 2017. 126f.: il.

Orientador: Fábio Pedro S. de F. Bandeira  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2017.

1.Quilombo – Etnomapeamento. 2.Geoprocessamento. 3.Terras – Divisão e demarcação. I.Bandeira, Fábio Pedro S. de F., orient.  
II.Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU : 911(814.2)

*Toda essa produção bibliográfica e técnica são dedicadas aos quilombolas de Rio dos Macacos e a maneira fraterna, sincera e amiga de cada passo que desenvolvemos juntos. Dedico esse trabalho, enfim, por toda solidariedade, companheirismo, auxílio, conhecimento e respeito que recebi e sigo recebendo a mais de quatro anos dos homens e mulheres do Quilombo Rio dos Macacos.*

*Leonardo de Souza Polli*



Eu não ando só, e o mar me protege!

Agradeço sempre à força das águas do mar, e a mãe que move essa força, Yèyé Omo Ejá.

Aos familiares e amigos, agradeço pelo compartilhamento dessa trajetória chamada “vida”.

Aos companheiros, amigos e colegas, principalmente os da jornada no PLANTERR/UEFS, minha sincera e eterna admiração. Admiração essa que compartilho entre meus colegas e professores também, que com muita dedicação e maestria conduzem um Programa de Pós-Graduação que é, no mínimo, indigesto para o capital. A pesquisa na área territorial, identitária, cultural, social, etc. são extremamente necessárias em tempos atuais.

Ao meu mestre, colega e grande parceiro, Fábio Bandeira, uma dedicação especial. Agradeço muito pela sabedoria, simplicidade, humildade e os aconselhamentos determinantes em minha vida acadêmica, profissional e pessoal. A relação entre orientador e orientando nem sempre é fácil, passo por isso atualmente em minha carreira docente. Mas apesar de difícil, ela pode ser extremamente confortável e facilitada quando mentes e corações estão dispostos a ouvir, falar, aprender e ensinar.

Às associações, cooperativas, organizações, sindicatos, parlamentares, professores, grupos de pesquisa, militantes, ativistas, etc. A luta e o ideal comum sempre irá nos unir, apesar de as tarefas e os diferentes (e válidos) posicionamentos, por vezes, nos distanciarem.

Vamos em frente, sempre nos encontraremos e marcharemos ombro a ombro pela transformação social.

“Em nossa época, o cientista precisa tomar consciência da utilidade social e do destino prático reservado a suas descobertas. ”

Por isso, “Contra as ideias da força, a força das ideias! ”

Florestan Fernandes



## RESUMO

Em linhas gerais, o presente projeto de pesquisa apresentou uma continuidade dos estudos, pesquisas, técnicas e metodologias utilizadas e desenvolvidas pelo autor no seu trabalho junto à comunidade quilombola de Rio dos Macacos (BA), que se iniciou em 2013, durante sua Especialização em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade (PPGAU/UFBA). Sustentado no etnomapeamento enquanto método, e no geoprocessamento enquanto técnica, o objetivo do projeto profissional desenvolvido consiste na sistematização de informações históricas, culturais, sociais e econômicas, em uma base cartográfica que consiga melhor representar um território repleto de afirmação e resistência da identidade étnica de uma comunidade quilombola. Por se tratar de um território em atual conflito fundiário com a Marinha do Brasil, notou-se que esse registro territorial seria de fundamental importância para



o empoderamento comunitário do Quilombo Rio dos Macacos (BA), tanto no que diz respeito a uma melhor condição na disputa jurídica e técnica do território, quanto no processo de gestão e preservação de uma área e uma comunidade já certificada e reconhecida enquanto Quilombola. Nesse sentido, o objetivo desse material bibliográfico é o de sistematizar e apresentar algumas orientações básicas sobre a esquematização do produto técnico desenvolvido, o EtnoAtlas do Quilombo Rio dos Macacos (BA).

Palavras-chave: Quilombo; Etnomapeamento; Geoprocessamento; Território; Atlas.

### **ABSTRACT**

In general, the present research project is a continuation of the studies, research, techniques and methodologies developed and used by the author in his work with the Quilombo Rio dos Macacos (BA), which began in 2013, during his Specialization in Housing of Social Interest and Right to the City (PPGAU / UFBA). Sustained in the ethnomapping as a method, and the

geoprocessing while technique, the purpose of professional project developed is the systematization of the historical, cultural, social and economic information, on a cartographic base that can better represent a territory fraught with affirmation and ethnic identity of the resistance of this maroon community. Because it is a territory in current land conflict with the Navy of Brazil, it was noted that the territorial recognition and register would be of fundamental importance for the community empowerment, both with regard to a better condition in the legal dispute and technical planning, as in the process of management and preservation of an area and a community already certified as quilombola. In this sense, the objective of this project is to provide a layout of the technical product to be developed, which involves the construction of an Atlas of the Quilombo Rio dos Macacos (BA).

Keywords: Quilombo (Maroons); Ethnomapping; Geoprocessing; Territory; Atlas;

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

AATR	Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia
------	--

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
BA	Bahia (Estado da Bahia, Brasil)
BNA	Base Naval de Aratu (BA)
CF/88	Constituição Federal de 1988
CIA	Complexo Industrial de Aratu (Bahia)
CRQ	Certidão de Registro Quilombola
FCP	Fundação Cultural Palmares
GE	Google Earth
GIS	Geographic Information System
GPS	Global Positioning System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MST	Movimento Sem Terra do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
QRM	Quilombo Rio dos Macacos (BA)
RAU+E	Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (UFBA)
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SEPPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – BA
SIG	Sistema de Informação Geográfica
STF	Supremo Tribunal Federal
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

#### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Mapa das comunidades quilobolas delimitadas no Brasil.

- Mapa 2: Mapa das comunidades quilobolas delimitadas e/ou certificadas na Bahia.
- Mapa 3: Mapa de comunidades reconhecidas na RMS.
- Mapa 4: Mapa relacionando os vetores de expansão da estrutura Urbana de Salvador em 1970.
- Mapa 5: Salvador: Padrões de crescimento da população de Salvador e entorno 1991 – 2010.
- Mapa 6: Mapa das manchas das regiões vizinhas ao território do Quilombo Rio dos Macacos.
- Mapa 7: Área histórica de estudo da comunidade quilombolas de Rio dos Macacos (BA).
- Mapa 8: Delimitação territorial oficial do Incra ao Quilombo Rio dos Macacos.
- Mapa 9: Mapa de projeção da primeira proposta de regularização fundiária ao território.
- Mapa 10: Mapa de projeção da segunda e terceira proposta de regularização fundiária ao território.
- Mapa 11: Mapa da quarta proposta, baseada na Delimitação territorial oficial do Incra para a regularização fundiária.
- Mapa 12: Contra Proposta apresentada por equipe de assistência profissional.
- Mapa 13: Mapa da proposta final de regularização fundiária.

## **LISTA DE IMAGENS, QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS**

- Quadro 1: Descrição das Principais leis destinadas às comunidades quilombolas, associando-as aos seus principais efeitos e o ano de implementação.

Quadro 2: Relação por região das certidões emitida, ou com processos abertos, na FCP.

Gráfico 1: Relação de entradas de solicitação de certidões, e emissão das mesmas pela FCP.

Gráfico 2: Quantitativo de RTID's concluídos pelo INCRA, entre 2005 – 2015.

Imagem 1: Comparativo das reformas ministeriais de Dilma Rousseff (outubro de 2015) e a de Michel Temer (maio de 2016) .

Gráfico 3: Relação de entradas de solicitação de certidões, e emissão das mesmas pela FCP. (Atualização).

Gráfico 4: Quantitativo de RTID concluídos pelo INCRA, entre 2005 – 2017. (Atualização)

Imagem 2: Foto dos limites das fazendas que faziam parte da Usina de Aratu.

Imagens 3: Foto da festa de comemoração da publicação do território a favor da comunidade

Imagem 4: Imagem da implementação do programa de Eletrificação Rural na Comunidade.

Imagem 5: Campanha promovida pelo Quilombo Rio dos Macacos pela continuidade das obras referentes a construção da estrada do acesso independente da comunidade ao seu território.

Imagem 6: Campanha contra o isolamento do quilombo à Barragem do Rio dos Macacos.

Imagem 7: Fotos das oficinas de Etnomapeamento sensitivo realizada na RAU+E

Imagem 8: Resultados das oficinas de Etnomapeamento sensitivo.

Imagem 9: Atividades de Mapeamento em campo através do GPS e do envolvimento comunitário.

Imagem 10: Sobreposição da Base Sicar encontrada da região com a imagem aérea do terreno

Imagem 11: Importação do Arquivo DWG. das curvas de nível para o SketchUP

Imagem 12: Importação de imagem da área com falta de informações topográficas no GE.

Imagens 13: Transformação e modelagem do terreno no SketchUP.

Imagem 14: Tridimensionalização das informações topográficas.

Imagens 15: Adicionada atribuições referentes a área reconhecida pelo Incra 301ha, a barragem de Rio dos Macacos, e a Vila Militar. Imageamento renderizado.

Imagem 16: Modelagem da área antropizada do quilombo Rio dos Macacos.

Imagem 17: Simbologias criadas para determinar determinados usos, espaços e atividades.

Imagem 18: Modelagem e detalhamento das informações referentes a ocupação e ao uso do solo da comunidade.

Imagens 19: Modelagem e detalhamento das informações referentes aos pontos hídricos, aos relacionados a acessos e caminhos, e os de produção e roças.

## **LISTA DE APÊNDICES**

Mapas do EtnoAtlas do Quilombo Rio dos Macacos (BA)\_\_\_\_\_pág. 95 a 126

## **SUMÁRIO DO RELATÓRIO TÉCNICO**

**1.CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....16**

<b><u>2.OS SUJEITOS SOCIAIS DE PESQUISA: QUILOMBO RIO DOS MACACOS .....</u></b>	<b><u>17</u></b>
<b><u>3. OBJETIVOS.....</u></b>	<b><u>18</u></b>
3.1 OBJETIVO GERAL.....	18
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
<b><u>4.JUSTIFICATIVA.....</u></b>	<b><u>19</u></b>
<b><u>5.METODOLOGIA.....</u></b>	<b><u>21</u></b>
<b><u>6.REFLEXÕES CONCEITUAIS.....</u></b>	<b><u>21</u></b>
<b><u>8.RECENTES EVENTOS ENVOLVENDO A QUESTÃO QUILOMBOLA.....</u></b>	<b><u>28</u></b>
9.2. A RELAÇÃO DE UM QUILOMBO COM UMA DAS MAIORES REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL.....	31
10.1 ETNOMAPEAMENTO COMO CENTRO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DESENVOLVIDA NA RAU+E...	39
10.2. O GEOPROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES.....	41
<b><u>10.3. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA).....</u></b>	<b><u>42</u></b>
<b><u>11.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u></b>	<b><u>48</u></b>
<b><u>12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</u></b>	<b><u>49</u></b>

## **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A questão quilombola é o centro desse trabalho que possui antecedentes e complementariedades científicas que foram também desenvolvidas pelo autor. Esse trabalho consiste, então, em discutir sobre formas e técnicas de representação de uma realidade, a quilombola. Sobre isso, nada mais justo de começar evocando que a Constituição de 1988, batizada de "Constituição Cidadã", foi efetivamente marcada pela preocupação de, entre outras questões fundamentais, afirmar o compromisso do País com sua diversidade étnico-cultural e com a preservação da memória – tanto quanto do patrimônio – dos mais distintos grupos formadores da sociedade brasileira.

E é a partir dessa linha de entendimento que se torna coerente afirmar que o reconhecimento do direito de comunidades quilombolas à propriedade definitiva de suas terras é algo fundamental e constitucional, e que obviamente cabe ao Poder Público regularizar esse procedimento. Evidentemente, diante de um projeto de desenvolvimento social que foi marcado pela concentração de terras urbanas e rurais, e pela não efetivação de políticas reparatórias como a própria “Reforma Agrária”, a regularização de territórios quilombolas é mais um dos desafios a serem resolvidos no país.

Diante dessa realidade, esse trabalho torna-se uma contribuição ao tema, e cada linha e imagem aqui sistematizada fazem parte, também, do que chamo de continuidade e complementaridade dos trabalhos desenvolvidos pelo autor junto à comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, localizada no município de Simões Filho, na Bahia. O envolvimento do autor com o tema já dura quase cinco anos, e começou durante sua pós-graduação *lato sensu*, ainda em 2013, na Universidade Federal da Bahia, por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA) a Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Neste inovador projeto, a atuação se dá por meio do curso de pós-graduação *lato sensu* para Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, de caráter pluridisciplinar, gratuito, voltado para capacitação profissional e cidadã, em parceria com instituições de interesse público e movimentos sociais atuantes na área.

Essa proposta pioneira de especialização está pautada na Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda, de áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia. Não resta dúvidas de que a formação de profissionais capazes de desenvolver metodologias e técnicas que coloquem a comunidade no centro das decisões e deliberações de seu projeto, bem como a capacitação para atuar e desenvolver equipes multidisciplinares de intervenção é o grande triunfo dessa especialização.



Com justa referência, compus uma equipe de intervenção com a Arquiteta e Urbanista Luana Figueiredo, que desenvolveu ao final um projeto arquitetônico para o Centro Comunitário, e com a Geógrafa Paula Regina Cordeiro que, ao final da Residência Técnica, entregou à comunidade um “*Plano Preliminar de Produção e Cultivo*”. De minha parte, enquanto urbanista, coube o desenvolvimento de um “*Plano Preliminar de Diretrizes Territoriais*”. Registra-se ainda que o trabalho mencionado foi orientado pela Arquiteta Urbanista Maria Teresa do Espírito Santo que, na época, também era gestora da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (SEPROMI).

O fato dessa equipe de trabalho ter sido formada por profissionais de campos variados de formação e conhecimento demonstrou ser fundamental para a realização do processo de intervenção social e técnica junto à comunidade. As metodologias desenvolvidas, os projetos entregues, e as necessidades, demandas e problematizações observadas nesse período fizeram com que o autor desse projeto seguisse a linha de pesquisa técnica, metodológica e científica sobre a questão territorial e identitária envolvendo comunidades quilombolas.

Por fim, cabe destacar nessa introdução que por vontade própria e objetivos acadêmicos, o tema de pesquisa desse território quilombola é também partilhado e considerado pelo autor em seu Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA). Ou seja, o trabalho que se segue significa a confecção, defesa e publicação de um produto técnico, cartográfico e metodológico junto ao PLANTERR/UEFS (que tem haver com a possibilidade de publicação de produtos profissionais no Mestrado Profissional em Planejamento Territorial), e, concomitantemente a esse produto, uma dissertação foi produzida junto ao PPGAU/UFBA para melhor expressar os aprofundamentos teóricos e as reflexões do autor sobre temas relacionados à identidade territorial, étnica e simbólico/cultural de uma comunidade quilombola.

De maneira objetiva, o mencionado “Projeto de Diretrizes Territoriais Preliminares do Quilombo Rio dos Macacos (BA)” (POLLI, 2014) produzido durante a RAU+E, esse material que sintetiza os procedimentos de construção do “EtnoAtlas do Quilombo Rio dos Macacos (BA)” (POLLI, 2017) e a dissertação de mestrado, com previsão de defesa para outubro de 2017, intitulada “Etnomapeamento enquanto método, geoprocessamento enquanto técnica: ferramentas e práticas para a espacialização da territorialidade quilombola” (POLLI, 2017b) são complementares e demarcam historicamente essa porção territorial repleta de simbolismos e resistências.

Cabe registrar ainda que somente após toda a publicação dos materiais, o que chamo de “antecedentes e complementaridades” poderá ser melhor compreendido e visualizado. Os olhares mais atentos e os orientadores desses trabalhos observam as diferenças entre os mesmos, desde o grau e os níveis de pesquisa, até a diferenciação de uma produção de caráter técnico e geocartográfico, e uma dissertação com os objetivos de refletir teoricamente sobre os mais variados elementos encontrados nessa trajetória.

Me orgulho em ter dedicado, até então, toda minha produção em Pós-graduação para tentar dar visibilidade e tentar representar essa comunidade, invisível para muitos. Nem de longe fui o único preocupado em escrever e descrever essas histórias, já que diversos outros atores também pesquisaram e se dedicaram em representar com outros olhares esse quilombo. E, sem sombra de dúvidas, todas as linhas, mapas, gráficos e tabelas que podem ser vistos nesse e nos demais trabalhos desenvolvidos pelo autor jamais irão se comparar com uma “boa conversa” lá no quilombo Rio dos Macacos.

## **2. OS SUJEITOS SOCIAIS DE PESQUISA: QUILOMBO RIO DOS MACACOS**

De maneira alguma essa comunidade pode ser confundida como um objeto de pesquisa. Ao falarmos em objeto, inculcamos, mesmo que de maneira sutil, a ideia de algo estático, inerte e passivo de todos os tipos de influências, manuseios, análises e ações unilaterais. A história dessa comunidade (identitária e territorial) os coloca, portanto, como sujeitos “ativos” da pesquisa desenvolvida.

Esse trabalho reforça uma lógica de que a Educação tem que ser um processo libertário para todos os envolvidos no processo. Diferente das concepções antigas e pragmáticas de Educação, que ao longo da sua história se revelou como mera aquisição de conhecimentos abstratos e “teóricos”, que “escraviza” o ser humano como um “depósito” de informações e não como um processo conscientizador e libertário frente a sua própria realidade cotidiana. Sobre isso, Paulo Freire sempre teve um compromisso vanguardista de análises e discussões:

“A conscientização é um compromisso histórico (...), implica que os seres humanos assumam seu papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece (...), está baseada na relação consciência-mundo”. (FREIRE, 1966).

Freire ensina um caminho sensível de observação do processo de construção de dissertações, produtos técnicos, materiais cartográficos, metodologias de pesquisa. Esse caminho está presente nesse trabalho, e é reforçado a cada processo desenvolvido até então. Essa lógica de Educação potencializa ao ser humano a capacidade de se compreender no mundo como um ser , que se faz e deixa se desenvolver conscientemente na relação com o outro, numa atitude horizontal, dialógica. Nesta dinâmica existencial o conhecimento se dá na relação cotidiana e imediata do sujeito. O mundo, com seus contrastes e aparências, se transforma em elemento e meio de “aprendizagem”, de constante desenvolvimento e a inquietude e a curiosidade aparecem como características construtivas.

E certamente toda essa potência para a ação deve ser reivindicada, ainda mais em tempos atuais. Há de se considerar que apesar dos avanços recentes na política e legislação brasileira voltada aos quilombolas, o processo de regularização fundiária, e posterior titulação dessas terras a favor dessas comunidades, não acontecem, geralmente, de maneira pacífica e continuada. Entre avanços e retrocessos, ainda tratamos de um tema que muito deve ser discutido e desenvolvido no país.

Isso se dá pelo fato de que esses processos tendem em estabelecer conflitos entre esse grupo social e setores que são historicamente respaldados pela legislação brasileira no que diz respeito ao direito à propriedade e a concentração de terras, principalmente no meio rural

brasileiro. Porém, para além da existência de conflitos entre quilombolas e proprietários de terras, existem casos em que o processo de titulação em favor desse patrimônio imaterial da sociedade, contraditoriamente, se enfrenta com os próprios interesses públicos de algumas entidades municipais, estaduais e federais.

Nesse sentido, a regularização fundiária quilombola em áreas “legalmente” repassadas e pertencentes a setores militares pode ser um exemplo para ilustrar essa situação. Esse conflito entre setores militares e comunidades quilombolas é, por tanto, o grande pano de fundo de toda a pesquisa desenvolvida até então pelo autor, para tanto, o “objeto de estudo” – ou os sujeitos de estudo – para o desenvolvimento do tema desse projeto É o Quilombo Rio dos Macacos, localizado na região metropolitana de Salvador, especificamente no município de Simões Filho, na Bahia, em área limítrofe com a capital baiana.

Evidentemente o EtnoAtlas se encarrega de apresentar as informações e atribuições geográficas desse território, entretanto, nesse relatório técnico cabe destacar que o local onde está localizado esse quilombo é uma área legalmente tombada pela União Federal, sendo hoje administrada pela Marinha do Brasil, que constrói equipamentos e desenvolve atividades desde a década de 1960, destacando-se a construção da Vila Militar a partir da década de 1970<sup>1</sup>. Cabe ressaltar que desde 2009 a Marinha está, através de ações reivindicatórias, requerendo a desocupação dos quilombolas presentes nessa área.

A partir dos processos de desocupação movidos pela Marinha, essa comunidade iniciou um processo de mobilização pela permanência no território, e, em paralelo, entrou com um pedido de titulação da área a favor dos quilombolas. Com essas mobilizações, e através de estudos antropológicos, a comunidade obteve a certificação de autorreconhecimento quilombola emitida pela Fundação Cultural Palmares em outubro de 2011. No momento posterior, o INCRA começou a confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da comunidade, concluindo-o em 2012, e caracterizando que “Rio dos Macacos é um quilombo, tendo hoje 67 famílias reconhecidas enquanto remanescentes quilombolas, hereditários de antigos trabalhadores que ali se concentraram há quase cem anos, em antigas fazendas e usinas de açúcar” (INCRA, 2012)<sup>2</sup>.

---

1 Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. Simões Filho, Bahia, 2012.

2 Recentemente, um recadastramento foi feito, e inclui ao todo um total de quase 90 famílias pertencentes ao território.

Em agosto de 2014, o INCRA publicou no Diário Oficial da União o RTID da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, o que representa um avanço para a comunidade, já que garante a sua permanência no local. Registra-se que em 2012 o INCRA havia caracterizado que o território compreendia 301 hectares e que, contraditoriamente o mesmo instituto, publicou apenas 104 hectares do total que havia sido identificado. A disputa territorial da comunidade segue em curso, principalmente em relação ao quantitativo de terras que serão destinadas a regularização fundiária a favor dos quilombolas. Destaca-se ainda que o EtnoAtlas se incumbe da tarefa de apresentar as representações espaciais desse território, assim como dessa disputa fundiária.

Todavia, independentemente da quantidade territorial a ser demarcada, o fato unissonante é o de que a publicação do RTID torna legítimo o direito de a comunidade quilombola de Rio dos Macacos permanecer no território, e ali estabelecer as bases de seu futuro, sem perder de vista suas características e costumes próprios. Ressalta-se que todo o acúmulo de pesquisas sociais, econômicas e cartográficas realizadas até então pelo autor, junto com outras parcerias prévias, correspondem à área de 301 hectares, determinadas em 2012 pelo INCRA. Apesar de ter ciência de que o mesmo quantitativo não será – provavelmente – publicado, esse trabalho consiste também em apresentar bases cartográficas que questionam a forma como o governo delimita territórios quilombolas em conflito com setores das forças armadas.

### **3. OBJETIVOS**

Procurando na bibliografia existente, um EtnoAtlas não foi desenvolvido, ou publicado, em grandes ciclos de informação até então. Não à toa, isso reflete que trabalhar com um método e

uma ainda pouco usual e, acima de tudo, ter como resultado final um produto técnico inovador não é algo fácil. Isso reforça a ideia de que ainda existem lacunas muito grandes sobre o tema da territorialidade quilombola, e essas lacunas, sem sombra de dúvidas, refletem o quanto é espinhoso discutir e publicar produções técnicas e científicas em uma país que reflete bruscamente elementos segregacionistas.

Sendo assim, delimitar os objetivos específicos gerais e específicos desse trabalho foi uma chave determinante do processo, ainda mais quando leva-se em conta o fato de que essa produção também deve ser considerada, como já mencionado, como uma produção complementar de outros trabalhos já foram ou seguem sendo desenvolvidos pelo autor em relação à comunidade quilombola em questão. Segue, então, os objetivos gerais e específicos que envolvem o tema desse projeto de pesquisa.

### **3.1 OBJETIVO GERAL**

O objetivo geral desse trabalho consiste em sistematizar os estudos e metodologias praticados entre 2012 até o momento atual, referentes à linguagem e a expressão gráfica de informações espaciais de um território quilombola, gerando uma base cartográfica composta de mapas étnicos e informações georeferenciadas, consolidando essas informações no que chamo de EtnoAtlas do Quilombo Rio dos Macacos, que se complementa com esse relatório técnico desenvolvido.

### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Para além do objetivo geral, outros propósitos específicos foram perseguidos no desenvolvimento do tema. Primeiramente, teve-se como meta produzir um projeto de pesquisa que contribua também para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da teoria, das técnicas e metodologias utilizadas no processo de regularização e titulação de terras quilombolas no Brasil. É bem verdade que a reflexão conceitual discussão sobre a questão quilombola, do território, da identidade, do poder, dos movimentos sociais e da questão agrária no país fez parte da Dissertação desenvolvida no Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFBA, entretanto, a mesma sempre será considerada para o andamento e desenvolvimento de pesquisas e produções do autor na área em questão.

Por conta disso, uma revisão teórica (conceitual e jurídica) sobre a questão quilombola e elementos relacionados com ela (território, identidade, grupos étnicos, etc.) também se somam aos objetivos que foram constantemente percorridos no desenvolvimento desse projeto. Diante disso, no EtnoAtlas, de maneira sucinta, também são sintetizados tabelas, gráficos e quadros referentes a essa revisão literária.

Tem-se como outro objetivo específico o desenvolvimento de etnomapas voltados para diagnosticar aspectos (atuais e históricos) de espaços sociais, sagrados, econômicos, produtivos, ambientais e de uso coletivo no território quilombola de Rio dos Macacos, que foram confeccionados a partir do discurso sensitivo da comunidade e das suas percepções de espaço. Além das percepções da própria comunidade, apreendidas e captadas desde a época da RAU+E, outras bases cartográficas e informações foram coletadas, para ao máximo tentar representar a realidade dessa comunidade. Esse objetivo específico está diretamente ligado à popularização da etnocartografia enquanto instrumento metodológico e teórico para trabalhos direcionados aos povos e comunidades tradicionais.

Os etnomapas remetem as sensações passadas, atuais e futuras de uma comunidade, nesse sentido, as cartas produzidas são fundamentais para se chegar ao objetivo geral desse projeto. Tendo em vista que o mesmo se desenvolveu a partir de um trabalho já iniciado, teve-se por objetivo atualizar as informações encontradas, sistematiza-las, e desenvolver novas atividades e metodologias para o preenchimento de lacunas existentes no trabalho de campo já desenvolvido pelo autor. Evidentemente todas as etapas anteriores foram partilhadas com outros autores, que são justamente citados e reconhecidos nesse trabalho.

Os mapas apresentados no EtnoAtlas são parte fundamental dos objetivos específicos percorridos. Cada informação geográfica apresentada representa uma forma de sistematização do autor a partir das captações de informação em campo, da partilha de conhecimento com outros profissionais que atuaram, em outrora, junto com o autor e, também, pelas próprias reflexões espaciais observadas.

Nesse sentido o geoprocessamento dessas informações contou também com etapas realizadas em campo, desde a época da RAU+E, onde foram localizados, para tal efeito, pontos e as coordenadas geográficas, através do *Global Positioning System* (GPS). Desse modo, foram confeccionados mapas temáticos que auxiliam no diagnóstico social e econômico da comunidade, com cartas cartográficas que, principalmente, representem a dinâmica da ocupação e da territorialização dos quilombolas em seu espaço.

Evidentemente não tem como se pensar o “território” como algo estático, na verdade, o mesmo é exatamente o oposto, por isso é algo vivo, repleto de interações e ações que estabelecem novos significados ao longo do tempo. Sendo assim, é importante demarcar que o período de investigação do autor (2012 – 2017) é a grande demarcação temporal desse projeto.

Por fim, a confecção do EtnoAtlas se deu a partir da concretização de mais um objetivo específico, o de aperfeiçoar a relação do autor com recursos técnicos encontrados no conjunto disponível do Sistema de Informações Geografias (SIG), utilizando, essencialmente, ferramentas de geoprocessamento como o QuantumGIS e o ArcGIS. Além disso, para a montagem do material foi utilizado, essencialmente, o Adobe Illustrator para e sistematizar o trabalho cartográfico entregue junto com essa produção bibliográfica.

Obviamente os objetivos específicos desse EtnoAtlas dialogam muito com a metodologia desenvolvida pelo autor, e esse era o objetivo, já que a grande intenção desse trabalho é o de apresentar técnicas e métodos de representação espacial de um território repleto de saberes, redes e poderes.

#### **4. JUSTIFICATIVA**



Inicialmente, justifica-se a escolha desse tema pela relevância que o mesmo tem alcançado no atual cenário de desenvolvimento de políticas públicas voltadas a atender e discutir as necessidades dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Do ponto de vista territorial, considerando o reconhecimento e a titulação de terras aos grupos remanescentes de quilombo, cabe reforçar que ainda estamos diante de um estágio inicial dessa política de reparação social, existindo assim, um longo caminho a ser percorrido, o que reforça e impulsiona a iniciativa de estudos e elaborações sobre o tema.

Apesar de inicial, alguns estudos produzidos já demonstraram ser eficientes no objetivo de contribuir para o processo de titulação de terras, propondo metodologias, análises e diretrizes que fundamentaram a ação de órgãos públicos e programas sociais afeto aos quilombolas. Essa contribuição decisiva fortalece a necessidade de elaborar e propor elementos sobre o tema, principalmente diante da especificidade do Quilombo Rio dos Macacos, que envolve a ocupação de uma comunidade remanescente quilombola em áreas militares do Brasil, matéria que ainda possui pouca análise científica. Sobre isso, esse projeto também se justifica pela necessidade de preencher essa lacuna bibliográfica e literária.

Do ponto de vista inerente ao quilombo Rio dos Macacos, pretende-se com esse trabalho continuar com o processo de contribuição com a comunidade, diante do atual cenário que a mesma está inserida, já relatado nesse projeto. O trabalho participativo, baseado no etnomapeamento e no auxílio técnico de instrumentos de geoprocessamento, pode vir a apresentar para a comunidade uma nova ótica de se observar o seu território, fazendo com que a área seja empoderada e compreendida pelos mesmos. Espera-se que em um futuro próximo, esse material sirva para um processo de capacitação com essa comunidade, tornando-os extremamente habilitados para poder, sobretudo tecnicamente, tomar decisões referentes à organização e o planejamento de seu território. Estabelecer esta relação entre o saber técnico-científico e o conhecimento tradicional é um desafio fundamental para que se possam obter bons resultados em um planejamento que venha a envolver comunidades quilombolas.

Para além do que já fora exposto, o tema e a área escolhida se justificam pela necessidade de se dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos por esse autor junto à comunidade quilombola em questão. Através da Residência Técnica em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade, promovido pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, o mesmo está inserido desde 2013 na comunidade, e vem acompanhando todo o recente processo de regularização fundiária enquanto assistente técnico, auxiliando, de maneira participativa e cotidiana nos rumos e decisões da comunidade.

Essa aproximação sensível com a comunidade, o projeto desenvolvido enquanto assistente técnico (o já mencionado Plano de Diretrizes Territoriais Preliminares do Quilombo Rio dos Macacos), o olhar crítico enquanto técnico-pesquisador e o grande arcabouço de dados qualitativos já coletados em campo certamente motivaram o autor desse anteprojeto a elaborar sobre o tema.

## **5. METODOLOGIA**

Para a confecção do EtnoAtlas do Quilombo de Rio dos Macacos, alguns procedimentos metodológicos de investigação foram realizados, com o intuito de cumprir os objetivos gerais e específicos desse trabalho.

Por ser a comunidade quilombola do Rio dos Macacos o sujeito social desse estudo e análise, foi necessário fazer uma sistematização dos dados quali-quantitativos disponíveis da comunidade (do ponto de vista histórico e atual) e do território em questão, consultando órgãos governamentais e jurídicos, programas de pesquisa e extensão de universidades, assessorias do movimento (SEPROMI, GEOGRAFAR/UFBA, AATR, CPP, etc.), e, principalmente, sistematizando as informações já obtidas pelo autor desse projeto nos já mencionados trabalhos até então desenvolvidos.

É importante sempre estar reforçando que esse trabalho é uma continuidade dos trabalhos desenvolvidos, e faz parte de uma complementação científica de investigação do trabalho do autor. De fato, boa parte das informações disponíveis e utilizadas foram coletadas em momentos prévios ao Mestrado Profissional em Planejamento Territorial da UEFS, fundamentalmente expressos em POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO (2014).

A partir desse arcabouço, a metodologia foi desenvolvida a partir da relação técnica e social, permitindo aliar o trabalho participativo com o objetivo geral alcançado, colocando a comunidade como importante ente envolvido nas produções técnicas e cartográficas. Nesse sentido a realização de oficinas, seminários didáticos, “rodas de conversas”, e momentos de avaliação metodológica foram fundamentais, desde o início do trabalho, sintetizados também em POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO (2014).

Resgatando Paulo Freire, o processo educativo pode ser entendido de uma maneira bilateral, complementar e auxiliar para todos os envolvidos. Reforço que nesse processo “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, ainda sobre isso, “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão-ação” (FREIRE, 1997).

A definição metodológica e as ações desenvolvidas não são novidades nesse trabalho. Em verdade, técnicas sensitivas há muito tempo já vem sendo sistematizadas e popularizadas. As pesquisas participativas englobam uma variedade de metodologias e relacionamentos que propiciam um maior envolvimento dos povos locais na pesquisa científica. De acordo com Derek Smith:

“Um dos objetivos principais do processo de pesquisa participativa é o treinamento de representantes locais e a aplicação dos resultados obtidos aos problemas identificados pela comunidade (...), que são investigados para produzir conhecimento compreensível para a população local e para os de fora” (SMITH, 2003. Pag. 333 – tradução própria).

Esse é, por tanto, o eixo metodológico de desenvolvimento desse trabalho. Foram ainda resgatadas considerações feitas por alguns defensores dos mapeamentos participativos, principalmente sobre territórios indígenas<sup>3</sup>, como Herlihy e Knapp (2003), Chapin (2005), Ataíde e Martins, (2005); Denniston (1994) e Smith (2003).

Essas ações foram imperativas para desenvolver de maneira participativa a elaboração de mapas temáticos, usando imagens de satélites, juntamente com bases cartográficas (limites municipais, rede hidrográfica, áreas de proteção ambiental, limites de terras quilombolas) oficiais da comunidade. Foram importantes, pois ninguém melhor que a própria comunidade para apresentar os seus limites e contextos. Nas idas a campo, cada informação relatada nas oficinas era comprovada e demarcada, além de posteriormente traduzidas em geoinformação. A sistematização cartográfica permite visualizar isso de maneira bem clara.

Ao final desse processo, todos os dados coletados refletem a construção de uma base cartográfica que compreende mapas temáticos (Construídos com o auxílio de softwares de georeferenciamento disponíveis – a exemplo do ArcGis QGis), cadastramento de infraestrutura urbana e social no que refletem o conhecimento sensível da comunidade com o território e com o entorno. Com esses materiais e procedimentos, o EtnoAtlas foi construído e agora, por fim, foram diagramados a partir de normas técnicas e padrões desenvolvidos durante a pesquisa, Utilizando para tanto o Adobe Illustrator, no intuito de se gerar um atlas que seja publicado posteriormente.

---

3 Também considerados como povos e comunidades tradicionais no Brasil e pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Observa-se que as metodologias participativas junto a povos indígenas foram mais estudadas e difundidas no meio científico.

## 6. REFLEXÕES CONCEITUAIS

Buscando apresentar uma sintética reflexão conceitual nesse Relatório Técnico<sup>4</sup>, é importante destacar que aqui foram escolhidas cinco categorias de análise que expressam o conceito do autor sobre o tema, são eles: a) Quilombo; b) Identidade; c) Território; d) Territorialização/Poder; e) Movimentos Sociais e a questão agrária.

Sobre o tema quilombola, deve-se reforçar que a questão brasileira está diretamente associada ao período de escravidão que assolou a América Latina a partir da chegada dos europeus no continente americano em 1492, que resultou em uma exploração brutal dos recursos naturais e humanos dos que aqui habitavam ou dos que foram contrabandeados do continente africano para esse “novo mundo”. Ou seja, o Brasil e o continente possuem, em sua história, um passado comum de escravidão, que ora foi estabelecida a partir da “colonização” dos povos tribais aqui residentes, ora fora estabelecida a partir do contrabando de negros vindos do continente africano.

Esse passado comum deixou, evidentemente, marcas comuns entre os países que foram assolados pela escravidão. Os elos comuns dessas comunidades geralmente estão associados a questões de luta pela sobrevivência e a afirmação e territorialização de suas etnias. Evidentemente nem todas as comunidades negras e rurais são iguais. Não é assim no Brasil, e nem tão pouco é no continente. Mas a atualidade do conceito quilombola já não mais associa esses agrupamentos étnicos aos pensamentos que o remontam diretamente ao período escravagista.

Essa produção entende por comunidades quilombolas os grupos étnicos formados não só por grupos descendentes de escravizados e insurgentes contra o regime escravocrata brasileiro – que teve fim com a lei de alforria de 13 de maio de 1888 –, mas também por aqueles ex-escravos (ou demais setores empobrecidos), se viram obrigados a formar novos espaços como estratégia de sobrevivência e resistência ao modelo concentrador de propriedade.

---

4 Como já mencionado, coube a dissertação desenvolvida junto ao PPGAU/UFBA esse papel de construir uma reflexão teórica mais aprofundada sobre o tema

Esse modelo concentrador foi oficializado a partir da Lei de Terras nº 601 de 1850<sup>5</sup>, e aprofundado, em grande parte, durante todo o século XX. Em geral, é possível identificar grandes disparidades sociais no Brasil, as mais gritantes podem ser de fato sobre a distribuição de renda e de terras, que acabam determinando todo um contexto nos índices educacionais, de saúde, entre outros. De fato, muitas dessas disparidades constatadas no país não são conjunturais, mas decorrentes de um encadeamento de ações que vem ocorrendo desde um passado colonial e um projeto de desenvolvimento que tem na questão fundiária uma distribuição da posse da terra altamente concentradora desde a formação da propriedade.

Um grande exemplo disso é o fato da histórica concentração de terras em mãos de poucos grandes fazendeiros, sistema de propriedade rural que se denomina latifúndio, ser hoje um dos maiores entraves para a justiça social no campo. Sua problemática confunde-se com os primórdios da agricultura, a formação da família patriarcal e a delimitação da propriedade privada.

Evidentemente foram inúmeros processos formadores das comunidades quilombolas no Brasil, tendo a terra e a sua concentração como problemática central. Nesse sentido, salienta-se que os quilombos se constituíram na história a partir de inúmeros processos, apoiando-se no pensamento contemporâneo sobre quilombos, exposto por SCHMITT:

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. (SCHMITT, 2002).

Ou seja, além do elemento histórico de formação dos quilombos (geralmente ligados a questão escravagista), o pensamento contemporâneo observa que o território onde os

---

5 A Lei de terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Na verdade, essa lei tratava (e trata) prioritariamente sobre as terras devolutas da União, e formalizava o repasse aos grandes proprietários ou grupos políticos com influência para adquirir tais terras. Foi, então, a primeira lei a “distribuir posses definitivas de terras que até então não tinham donos legais, mesmo abrigando comunidades e agrupamentos étnicos, por exemplo. Além do mais, esta lei estabelecia também a compra como única forma de acesso à terra. Muito embora não tenha sido revogada formalmente, considera-se que a mesma foi derogada quando da edição da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (o “Estatuto da Terra”) que trata do mesmo assunto e mantém de certa forma, diretrizes similares.

quilombolas se estabeleceram varia em diversos contextos espaciais e cenários sociais e econômicos.

Nesse sentido, a segunda categoria de análise trabalhada conceitualmente pelo autor é a questão identitária, afirmando o que o pensamento contemporâneo determina sobre o tema, sendo assim um quilombo é uma junção de identidades, costumes e práticas em um espaço tradicionalmente ocupado por um agrupamento étnico.

Por conta dessas diferenças processuais de formação (histórica, social, econômica e física), o padrão que unifica a questão quilombola não pode ser a sua forma física e contexto geográfico, nem tão pouco os inúmeros processos de formação de áreas de quilombo. Seguindo a Associação Brasileira de Antropologia, a mesma define os quilombos como grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.

A definição proposta pela ABA representou um avanço teórico e prático para os estudos que permeiam essa temática, indicando um esforço no sentido de abandonar o conceito de quilombo definido em 1740 pelo Conselho Ultramarino, o qual definia como quilombo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (Almeida, 2002).

Esse lugar é o palco da identidade quilombola, e é nele que os processos históricos, políticos, culturais, simbólicos, tradicionais, coletivos, etc. acontecem. Essa é mais uma categoria de análise, portanto, trabalhada nessa produção. O conceito de território desse trabalho se assenta nesse entendimento, ou seja, a junção e espacialização física e simbólica de uma comunidade. Acrescenta-se ainda que seja nesse território que os habitantes enfatizam a sua condição de coletividade, definidas pelo compartilhamento de um espaço e de uma identidade comum. Nesse sentido, cabe ressaltar que:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólicocultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo, portanto, uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando a disciplinarização dos indivíduos e o uso/controle dos recursos aí presentes. (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Por se tratar de um grupo específico, territorializar-se possui uma outra dimensão simbólica, determinada pela identidade. Para tanto, ARRUTI (2008) traz definições precisas em relação aos conceitos levantados nessa produção. Para ele, quilombos são:

Grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida em um determinado lugar, (...) cuja identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados. (ARRUTI, 2008, p. 2-3)

Mas a apropriação desse espaço físico, e a atribuição de valores e padrões objetivos e subjetivos se dá a partir de uma ação, consciente, que reflete o processo de territorialidade de uma comunidade, expressa na junção de duas novas categorias de análise trabalhadas pelo autor, o território mais o poder. Assim, em consonância com os conceitos já dispostos, Ilka Boaventura Leite (2008) complementa essa discussão ao afirmar que a condição de remanescente de quilombo é definida de forma dilatada, que enfatiza os elementos de identidade e território. Ou seja:

Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida, no caso, o quilombola. [Entretanto, por outro lado], não tem como ser negado o processo político que envolve o tema, partindo do empoderamento da identidade quilombola em relação a um território. (LEITE, 2008. Grifo Próprio)

Para o autor, as “comunidades tradicionais” expressam formas diversificadas de organização social e de apropriação dos recursos da natureza que conformam territorialidades específicas, estabelecidas através de relações de poder e na afirmação de identidades.

Se a territorialidade é, então, entendida como elemento de luta e afirmação, ela é associada nesse material com um real processo de disputa de poder, expresso no empoderamento de um grupo – no caso, o quilombola – em seu território. Seguindo Foucault, esse autor entende que o poder não existe enquanto algo definido, mas sim, “como um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado”, ou seja, para o filósofo trata-se, portanto, de pensar o poder como algo dinâmico, em disputa e em constante interação na sociedade e no Estado. (FOUCAULT, 1995. p.193).

Sobre isso:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que



se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente, e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2004, p. 193)

Somente desassociando o conceito de poder à opressão (ou controle, dominação) é possível entender o significado da força quilombola na disputa de poder, quando o mesmo realiza a ação de territorializar-se (território mais identidade comum), e, a partir desse movimento concreto, modificar as relações estabelecidas, porém dinâmicas, de poder.

Em resumo, Foucault considera como poder toda relação que “compromete o ser humano”. Vendo por este ângulo, toda ação do cotidiano, mesmo a menor e a mais banal, constitui uma relação de poder. Não que aqui seja expressa como algo banal, mas, territorializar-se é, por tanto, também uma relação de poder, uma ação comprometida de um determinado grupo social que modifica, de pouco em pouco, as estruturas e as entranhas de uma sociedade brasileira marcada pela segregação racial, social, espacial e cultural. “Não esqueçamos esta verdade cristalina: o valor do homem depende do lugar onde está” (SANTOS, 1996, p.2)

Toda a teoria e os conceitos aqui levantados servem para contextualizar as referências de discussão que, em maior ou menor grau, foram norteadoras das políticas públicas e das legislações referentes às comunidades quilombolas. Obviamente, existem interpretações difusas, e conceitos ainda não tão definidos e amplamente compartilhados, principalmente no que se refere à questão identitária e territorial, o que motivou e segue motivando uma série de debates, discussões e reflexões teóricas que fortalecem a temática.

Soma-se a essas interpretações, ainda, duas categorias de análise que não podem passar despercebidas nesse trabalho, a de entender as lutas e as disputas de poder estabelecidos pelas comunidades quilombolas como parte de todo um processo de afirmação de movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento de suas terras e afirmações no contexto dos conflitos agrários brasileiros, marcados pela injustiça, segregação e violência.

Sendo assim, sobre a questão agrária, é imperativo o entendimento e a inclusão das comunidades quilombolas na grande luta por justiça social no meio rural brasileiro, tradicionalmente expressa naqueles que lutam por uma Reforma Agrária que equalize os sistemas de produção e sobrevivência no campo do país.

## **7. A QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL**

É importante salientar que apesar de ser longa e secular a trajetória de luta e resistência dos quilombolas – territorial e identitária –, bem como as teorias desenvolvidas sobre o mesmo, a conquista de marcos jurídicos afetos a eles só surgiu a partir da Constituição Federal de 1988, por meio de dispositivos que reconhecia a importância desses para o processo de conformação histórica e cultural da sociedade brasileira, como exemplo dos Artigos nº 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

No ano seguinte a promulgação da Constituição, os quilombolas obtiveram a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o estabelecimento do critério de autoatribuição enquanto grupo étnico (Interpretação brasileira sobre esse dispositivo que trata sobre povos indígenas e comunidades tribais), bem como novas compreensões quanto ao conceito de terra e território<sup>6</sup>.

Dessa forma, instituições e órgãos das três esferas de governo passaram a planejar, organizar e definir políticas, planos e programas sociais voltados a reconhecer e titular terras, auxiliar no desenvolvimento econômico e social das comunidades, e, também, preservar a cultura patrimonial quilombola. Cabe reforçar que esse processo não se deu no momento seguinte a constituição. Com certo atraso, esse “plano de ações” só veio a ser efetivado a partir do início da década de 2000, a exemplo do Programa Brasil Quilombola<sup>7</sup> (PBQ) e o Decreto nº 4.887<sup>8</sup>,

---

6 O Conceito dos termos terra ou território, introduzidos pela Convenção 169 da OIT, em seu artigo 13.1 e 13.2, compreende não só o espaço em que os povos interessados habitam, mas, sim, todo e qualquer outro espaço que ocupam ou utilizam de alguma maneira, devendo ser considerado, de forma particular, os aspectos coletivos dessa relação.

7 O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi instituído a partir de 2003, e reúne ações do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos. Desde sua fundação, o programa é coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e agrega outros 23 órgãos da administração pública federal.

8 Decreto Federal que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas que trata o já mencionado artigo nº 68 do ADCT.

ambos estabelecidos em 2003 e implementados em 2004, depois de muita pressão dos movimentos sociais, principalmente o movimento negro brasileiro<sup>9</sup>.

Sobre o acesso a terra, elemento fundamental para esse trabalho, o PBQ serviu para consolidar e dar dinâmica para o já mencionado Decreto Federal nº 4.887 de 2003. Esse Decreto ganha importância ímpar para as comunidades quilombolas por ser o responsável em regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas.

Para tal procedimento, ficou estabelecida a partir desse decreto a competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a coordenação dessas atividades na esfera federal, havendo competência comum aos respectivos órgãos de terras estaduais e municipais.

Segundo o artigo nº 9 do decreto nº 4.887/2003, a identificação dos limites das terras das comunidades quilombolas é feita a partir da avaliação conjunta das indicações dos próprios quilombolas, e de estudos técnicos e científicos - incluindo relatórios antropológicos -, constituindo assim, a caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade. Todo esse processo é também acompanhado por outros órgãos, como o Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares (FCP), que certifica à comunidade enquanto quilombola, a partir de um processo de autoatribuição movido por essa comunidade a partir da questão identitária.

No curso de desenvolvimento dessa pesquisa, muita coisa se alterou em relação à identificação, reconhecimento e delimitação de territórios quilombolas. Ocorre que no curso histórico dessa pesquisa, um Golpe Parlamentar foi instaurado no Brasil, e um governo ilegítimo se estruturou no poder federal, e desestruturou e desarticulou toda uma política quilombola (e de diversos outros setores sociais) que há muito tempo vinha sendo desenvolvida, com avanços e retrocessos, no país.

Apesar dos temerários tempos de incerteza e instabilidade que o Brasil se encontra em relação à todas as conquistas sociais das últimas décadas, apresento no Quadro 1 um conjunto dos principais marcos legais que sustentam os avanços recentes nas políticas e nos programas

---

9 Mais uma vez o entendimento de Foucault sobre poder – e a disputa relacional de poder – torna-se fundamental para entender o porquê que apenas no governo de Luís Inácio “Lula” da Silva (2003-2011) foi possível, ao menos, garantir direitos legais à diversos setores, dentre os quais, os quilombolas.

quilombolas no Brasil. Todos os quadros e tabelas também se fazem presente no próprio corpo do EtnoAtlas apresentado em anexo, entretanto, estão aqui para uma melhor compreensão sobre o que é abordado nessa Relatório Técnico.

Quadro 1: Descrição das Principais leis destinadas às comunidades quilombolas, associando-as aos seus principais efeitos e o ano de implementação.

LEI	EFEITOS	ANO
Constituição Federal	Artigos 215 e 216 da CF: Estabelecem o direito à preservação de sua própria cultura; Artigo 68 da ADCT: Estabelece o direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos.	1988
Convenção 169 da OIT (Decreto nº 5051/2004)	Estabelece o direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais.	1989/OIT; 2004/BR
Decreto nº 4.887	Trata da regularização fundiária de terras de quilombos, e define as responsabilidades dos órgãos governamentais.	2003
Decreto nº 6.040	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	2007
Decreto nº 6.261	Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.	2007
Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres.	2007
Instrução Normativa INCRA nº 57	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.	2009
Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e	O I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana nasce do reconhecimento por parte do Governo	2013

Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013 -2015	Federal, por meio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos órgãos federais que compõem o Grupo de Trabalho Interministerial para garantir direitos, efetivar a cidadania, combater o racismo e a discriminação sofrida pelos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.	
--	---	--

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Quando coleta-se novas informações sobre os procedimentos de publicação e titulação de terras, podemos analisar até o Golpe Parlamentar os avanços encontrados, e compará-los com os atuais índices de certificação quilombola existente. Os gráficos a seguir auxiliam nessa compreensão:

Quadro 2: Relação por região das certidões emitida, ou com processos abertos, na FCP.

<b>Região</b>	<b>Total de certidões emitidas</b>	<b>Número de processos abertos para emissão de certidão</b>
Norte	328	27
Nordeste	1675	198
Centro-Oeste	125	11
Sudeste	362	67
Sul	158	23
<b>TOTAL</b>	<b>2648</b>	<b>326</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2015<sup>10</sup>. Elaboração Própria, 2017.

O Gráfico 1 demonstra que, apesar de a partir de 2003 muitas comunidades terem dado entrada na FCP para a emissão da Certidão de Registro Quilombola (CRQ), a fundação conseguiu realizar um trabalho extremamente satisfatório no reconhecimento dessas comunidades, acompanhando a demanda quilombola apresentada, e certificando comunidades que estavam com pedido de emissão em outros órgãos, anteriormente à 2003.

<sup>10</sup> Dados disponíveis em <http://www.palmares.gov.br>, acessado em 10 de março de 2016.

Gráfico 1: Relação de entradas de solicitação de certidões, e emissão das mesmas pela FCP.

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2016<sup>11</sup>. Elaboração Própria, 2016.

O Gráfico 2 demonstra os resultados da pesquisa junto ao Incra, que vão desde a solicitação do RTID, até a sua publicação no Diário Oficial da União, a publicação de portarias específicas nos estados e órgãos responsáveis, a emissão de títulos de posse às comunidades e, por fim, a emissão de decretos finais em benefício da comunidade quilombola.

Gráfico 2: Quantitativo de RTID's concluídos pelo INCRA, entre 2005 – 2015.

Fonte: INCRA, 2015<sup>12</sup>. Elaboração Própria, 2016.

---

11 Dados disponíveis em <http://www.palmares.gov.br>, acessado em 10 de março de 2016.

Quando analisado os ritmos de conclusão de RTIDs percebe-se uma acentuada queda a partir de 2010, nota-se que nos anos anteriores vinha em uma crescente muito grande (o que resultou na publicação das outras etapas nos anos seguintes). A queda no ritmo de trabalho do INCRA desacompanhada de qualquer justificativa técnica e justamente quando a política parece tomar algum fôlego positivo, evidencia o recuo político do governo federal na titulação dos territórios, cedendo às pressões de ruralistas, mineradoras e de setores do próprio governo, como as Forças Armadas, que têm disputas com quilombolas em Alcântara (MA), Marambaia (RJ) e Simões Filho (BA). Esse recuo político do Governo, e a associação direta a setores ruralistas ficam muito evidentes no momento de eleição da ex-presidente Dilma Rousseff (PT)<sup>13</sup>.

Situações como essa demonstram que o atual procedimento de reconhecimento e titulação de terras quilombolas pode ser percebido como um processo social e dinâmico, que articula uma diversidade de tensões e conflitos, com diferentes agentes, situações e cenários. O já mencionado “feixe de relações” de poder em Foucault segue sendo uma instrução teórica imprescindível para compreender esse cenário.

Cabe destacar que o objetivo maior dessa reflexão teórica, jurídica e contextual consistiu em apresentar, de maneira continuada, elementos de reflexão sobre como foram estabelecidos os amparos das principais políticas brasileiras de titulação territorial e reparação social às comunidades quilombolas e como elas podem ser observadas atualmente. Nesse sentido, cabe destacar os importantes avanços jurídicos e constitucionais subsidiados na teoria contemporânea sobre o conceito quilombola, que coloca território e identidade numa amalgama indissociável entre resistência e pertencimento.

Discutir a temática quilombola é, em grande medida, debater sobre entraves e problemas reais e concretos do país. Todavia, cabe destacar que estamos diante de um cenário atual de reconfiguração dos espaços e das formas urbanas e rurais no Brasil, e na Bahia. Os mapas 1, 2

---

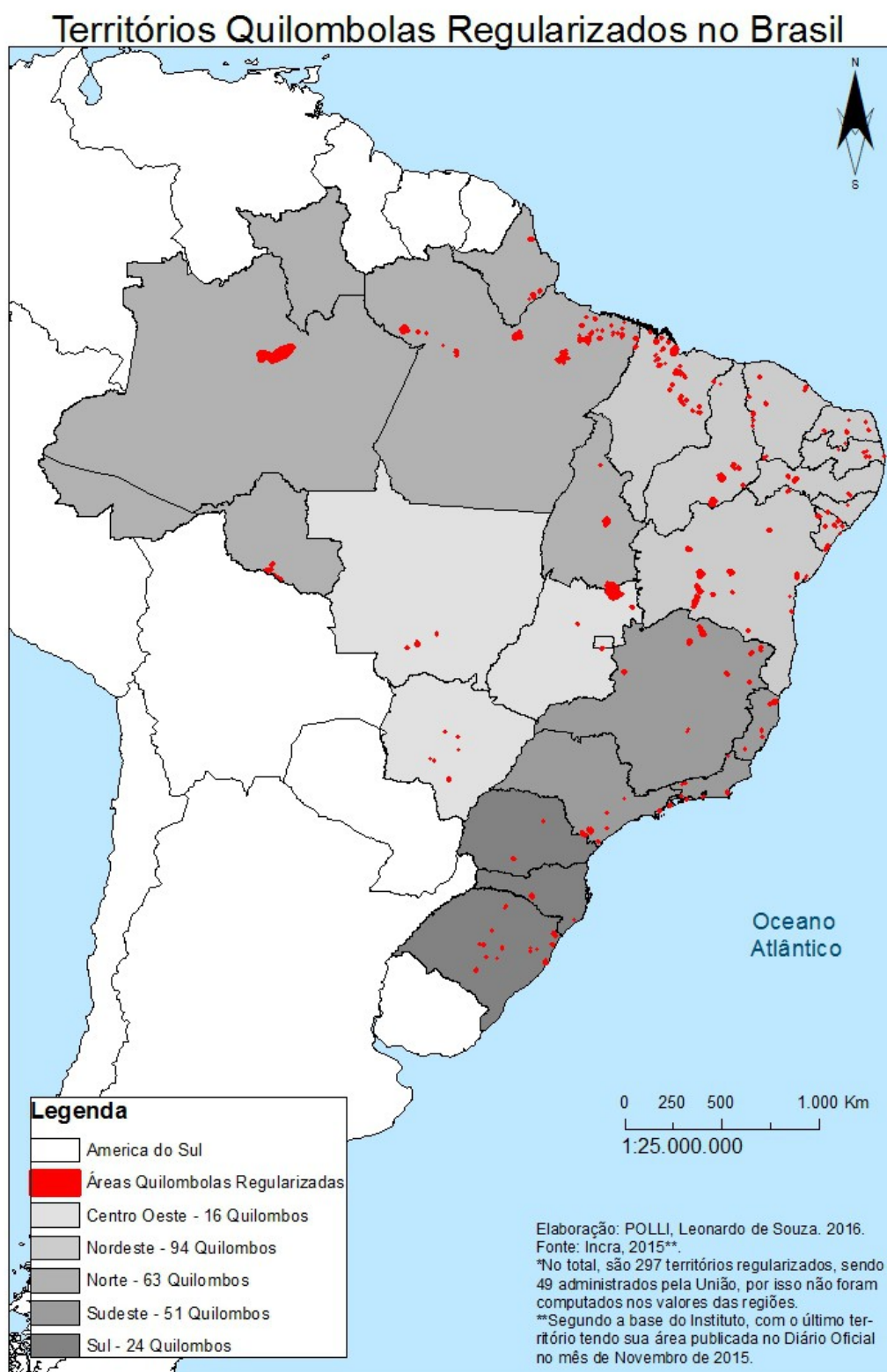
12 Disponível em <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>, último acesso em 10 de março de 2016.

13 Presidente empossada no cargo a partir de 1º de janeiro de 2011. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, a campanha vitoriosa do Partido dos Trabalhadores custou R\$176,5 milhões. Boa parte desses recursos foram financiados por setores de empreiteiras e do agronegócio, como o grupo JBS-Friboi, que “doou” cerca de R\$10 milhões para a campanha.

e 3 (Também presentes no EtnoAtlas, representam uma exercitação diante das informações coletadas junto ao Incra, para demonstrar toda a (mesmo que modesta, à primeira vista) reconfiguração que o território brasileiro e baiano teriam se todos os territórios quilombolas (que já possuem identificação e delimitação regularizadas pelo INCRA) fossem tituladas:

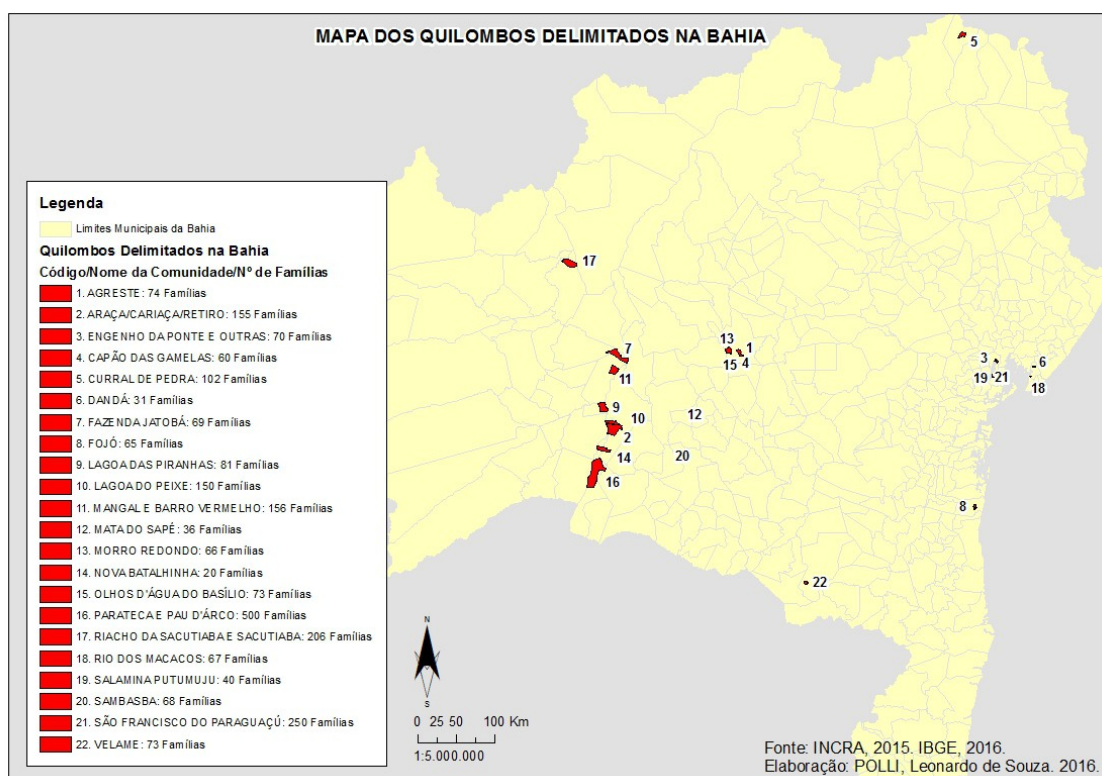
Mapa 1: Territórios Regularizados no Brasil





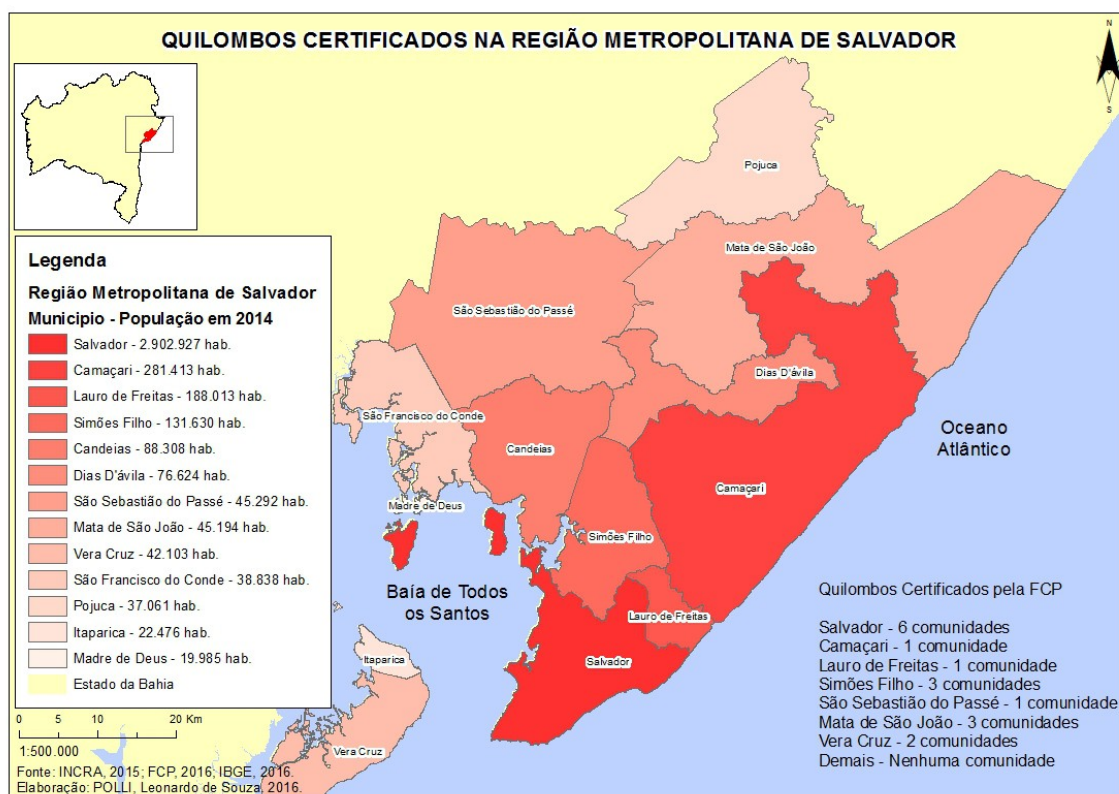
Fonte: Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016. Incra, 2016.

Mapa 2: Mapa das comunidades quilombolas delimitadas e/ou certificadas na Bahia.



Fonte: Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016. Incra, 2016.

Mapa 3: Listagem das comunidades reconhecidas na RMS.



Fonte: Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016. Incra, 2016.

## **8. RECENTES EVENTOS ENVOLVENDO A QUESTÃO QUILOMBOLA**

No curso de elaboração e desenvolvimento desse trabalho, alguns eventos no cenário político do país ocorreram, e merecem ser destacados visto que esses eventos estabeleceram – entre diversas outras questões – um novo marco e estágio para a pauta quilombola. A história de luta desse grupo étnico é marcada por avanços e retrocessos na política brasileira, e pode-se afirmar que um novo cenário surge a partir do processo de impedimento da atual presidente Dilma Rousseff<sup>14</sup>, e da existência de um novo Governo Federal (que surge como interino, e que se consolida como oficial). Cabe destacar que, por se tratar de eventos atuais, e por não querer entrar no mérito político da questão, busca-se aqui relatar os fatos atuais e as perspectivas envolvendo a questão quilombola no Brasil.

A partir da aceitação do processo de impeachment por parte do ex-Presidente da Câmara de Deputados – Deputado Federal Eduardo Cunha<sup>15</sup> – em dezembro de 2015, muitas contestações começaram a surgir de diversos setores do movimento social brasileiro, entre eles, os movimentos negros e quilombolas.

As indagações partiam do pressuposto que, apesar das dificuldades encontradas durante os governos do Partido dos Trabalhadores, o processo de impedimento da atual presidente mascara, na verdade, uma tentativa de retirada dos direitos sociais – mesmo que ainda insuficientes – conquistados, principalmente, durante o governo do Presidente Luís Inácio “Lula” da Silva.

Apesar de as acusações contra a ex-presidente Dilma Rousseff versarem sobre a lei orçamentária e a lei de improbidade administrativa, os segmentos nacionais da luta pela reforma agrária e pela demarcação de terras indígenas e quilombolas defendiam a tese de que o que aconteceu de fato foi um “golpe” ao regime democrático brasileiro.

---

14 O processo de impeachment de Dilma Rousseff consiste em uma questão processual aberta com vistas ao impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff como a Presidente da República do Brasil. Seguindo legalmente o previsto na Lei do Impeachment, nº 1079, de 1950.

15 Atualmente preso de maneira preventiva, por decisão do Juiz Sérgio Moro, como desdobramento do processo em que o mesmo é acusado de receber propina de contrato de exploração de Petróleo no Benin, na África, e de usar contas na Suíça para lavar o dinheiro. Fonte: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/juiz-federal-sergio-moro-determina-prisao-de-eduardo-cunha.html>, acessado em 06 de janeiro de 2017.

Mesmo com muita resistência (e diante de uma polarização nacional de adeptos e contrários ao processo de impedimento de Dilma Rousseff), no dia 17 de abril de 2016, em uma das sessões mais longas da história da câmara de deputados, por mais de dois terços do plenário, foi aprovado o processo de impedimento de Dilma Rousseff, que, logo em seguida, foi encaminhado para o Senado Federal. Acompanhando a Câmara, por aprovação de mais de dois terços também, o Senado Federal também decidiu por afastar a presidente Dilma Rousseff do cargo máximo do executivo brasileiro por 180 dias, e, em seu lugar, assumiu o presidente em exercício Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no dia 12 de maio de 2016. Passados os 180 dias do afastamento, de maneira célere, em 31 de agosto de 2016, o Senado decide, então, por cassar o mandato de Dilma Rousseff, e empossar como efetivo o atual presidente Michel Temer.

Mas desde que assumiu de maneira interina o cargo de presidente do país, Michel Temer anunciou a reforma e a composição ministerial de seu Governo, apresentando e realizando, sumariamente, um duro ataque às conquistas históricas dos movimentos sociais brasileiros.

Cabe mencionar que no segundo mandato, iniciado em 2015, Dilma apresentou a maior reforma ministerial do ponto de vista quantitativo, com a composição de 39 pastas e secretarias com status de ministério (sendo 24 Ministérios, e 15 secretarias com o patamar de ministério). Já pressionada, em outubro do mesmo ano, apresenta uma reforma que traz a composição de 32 pastas, principalmente para aumentar o poder de influência de sua, já fragmentada, base aliada <sup>16</sup>.

A reforma ministerial promovida pelo presidente Michel Temer, de início, já demonstrava a desarticulação das políticas e programas sociais dos antigos governos (Lula e Dilma), conforme o demonstra o Quadro 3. Conquistado com o resultado de muita luta e articulação política, os ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura (que depois foi refundado) e o das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foram extintos, ou transformados em subpastas de outros Ministérios . (Imagem 2)

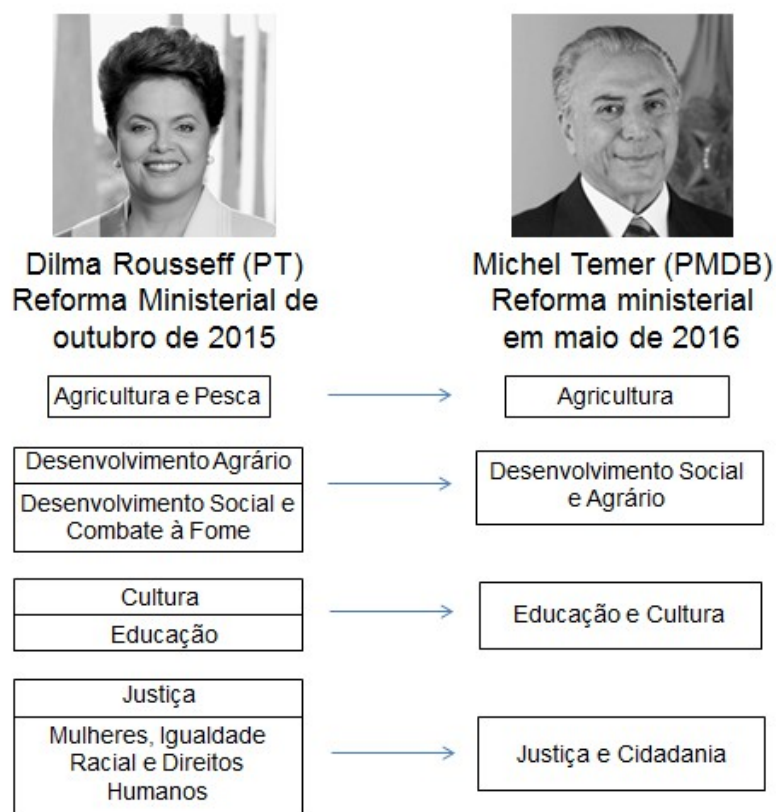
Vale mencionar aqui, que diversas atribuições eram diretamente realizadas por esses ministérios, na promoção do desenvolvimento e efetivação de direitos sociais, econômicos e territoriais para os povos e comunidades tradicionais. Por mais que algumas atribuições foram remanejadas, ou rebaixadas institucionalmente às secretarias, corroboro com a opinião dos

---

<sup>16</sup> Disponível em <http://infograficos.estadao.com.br/public/politica/reformas-ministeriais-dilma-temer/>, acessado em 22 de Dezembro de 2017.

movimentos sociais que colocam isso enquanto um retrocesso da política destinada a esses segmentos da sociedade.

Imagem 1: Comparativo das reformas ministeriais de Dilma Rousseff (outubro de 2015) e a de Michel Temer (maio de 2016)



Fonte: Estadão, 2016<sup>17</sup>. Elaboração Própria, 2017.

Além da recomposição ministerial, o fato notório de tudo o que foi aqui relatado nesse capítulo, é o de que a partir da nova medida provisória nº276 de 2016 (que decretou a recomposição ministerial e as próprias atribuições de cada pasta)<sup>18</sup>, a atribuição das demarcações de terras quilombolas saiu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e passou ao novo MEC, o Ministério da Educação e Cultura<sup>19</sup>.

Segundo essa medida provisória, fica, então, de responsabilidade do novo MEC:

17 Disponível em <http://infograficos.estadao.com.br/public/politica/reformas-ministeriais-dilma-temer/>, acessado em 22 de Dezembro de 2017.

18 A Medida Provisória 276 foi revogada pela MP nº 726, e, posteriormente, pela MP nº 728. Essas alterações de deram pelas pressões de diversos setores do movimento social por conta da extinção de alguns ministérios, como o da Cultura, por exemplo.

- a) política nacional de cultura;
- b) proteção do patrimônio histórico e cultural;
- c) regulação de direitos autorais; e
- d) assistência e acompanhamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos; (GOVERNO FEDERAL, 2016)<sup>20</sup>.

Sobre isso, Pedro Teixeira Diamantino afirma:

Numa canetada, o recuo de 15 anos na política de terras quilombolas. Retorna-se ao superado patamar da política quilombola de FHC, que impunha ao Ministério da Cultura atribuições que lhe eram totalmente estranhas, tais como a realização de intervenções de natureza fundiária. Se os governos Lula e Dilma apresentaram déficits de desempenho na efetivação desses direitos, agora temos a restauração da inviabilidade operacional desta política, lançada no limbo de uma estrutura inexistente e sob o discurso de enxugamento da máquina pública. (DIAMANTINO, 2016)

Ou seja, em poucos dias de governo, um retrocesso de mais de quinze anos da pauta quilombola. Não obstante a isso, o atual Ministro do MEC, o Deputado Federal Mendonça Filho, é representante do Partido Democratas (DEM), sigla notoriamente reconhecida como perseguidora dos direitos quilombolas, haja vista que, desde 2004, esse partido trava uma batalha judicial no Supremo Tribunal Federal (STF), para revisar o que diz o já mencionado Decreto 4887/2003, principalmente no que diz respeito a definição contemporânea de quilombos e de territorialidade, partindo, assim, de uma mentalidade proprietária do século XIX que não reconhece as novas definições contemporâneas sobre quilombo. Sobre essa ação, Segundo Diamantina:

Almejam (com isso) que os efeitos dos direitos constitucionais quilombolas de 1988 alcancem somente as comunidades que

---

19 Quanto aos quilombolas, a alteração contida no artigo 27, IV, j, da MP nº 728, que torna competente o Ministério da Educação e Cultura para realizar “a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto”, retirando do Incra, a autarquia responsável pela execução da política agrária, esta atribuição que lhe é própria.

20 Lei Federal nº 13.341 de 29 DE Setembro de 2016, outorgando as Medidas Provisórias 276, 726 e 728.



comprovem cientificamente a sua existência em data anterior à data da abolição legal da escravidão, desconsiderando a espoliação histórica das identidades subalternizadas. (IDEM)

Não a dúvidas, por tanto, daquilo que segue sendo reafirmado nessa pesquisa. Discutir sobre o tema quilombola necessariamente significa adentrar em um mundo contraditório em que, por um lado, está à luta consequente de segmentos pelo reconhecimento e pela execução de seus direitos e, por outro, os mais variados discursos de setores historicamente respaldados pelos privilégios políticos, econômicos e sociais, que observam com descaso diversas pautas sociais, dentre elas, a quilombola.

Atualizar os gráficos 1 e 2 (já apresentados) demonstram o atual compromisso do governo de Michel Temer nos gráficos 3 e 4 para com a política quilombola nacional. Ou seja, os índices praticamente caíram para zero, em quase um ano de seu governo. Em 2015, a própria FCP apresentava um retrocesso em relação à certificação de comunidades quilombolas, ocorre que atualmente, em 2017, o último relatório da FCP é de maio de 2016 (ainda no período em que Michel Temer era considerado interino).

Em 2016, apenas 15 comunidades foram certificadas pela FCP, sendo que as últimas registradas foram em Iraquara, na Bahia (Povoado Escôncio e Meio Centro). Desde então, nenhuma informação em relação a novas certificações são apresentadas pelo órgão, por coincidência, ou não, desde que Michel Temer assumiu a presidência.

Gráfico 3: Relação de entradas de solicitação de certidões, e emissão das mesmas pela FCP.  
(Atualização)

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2016<sup>21</sup>. Elaboração Própria, 2016.

Se os dados em relação à FCP já demonstram esse retrocesso, em relação aos procedimentos de regularização territorial e fundiária os dados são alarmantes. A desarticulação da política de reconhecimento, titulação e regularização fundiária de um já precarizado Incra para as responsabilidades de uma secretaria específica do MEC podem ser observadas nos dados apresentados (ou não apresentados).

Desde que Michel Temer assumiu a presidência da república, nenhum território quilombola foi delimitado e titulado em favor das comunidades. Essa pesquisa e o EtnoAtlas em si

21 Dados disponíveis em <http://www.palmares.gov.br>, acessado em 10 de março de 2016.

tornam-se, também, um posicionamento político e um registro histórico sobre a questão quilombola no Brasil. Os recentes acontecimentos no cenário político do país demonstram com força que a pauta quilombola realmente está sujeita a uma sistemática e permanente disputa de poder entre as diversas instituições, e entre os diversos grupos que chocam os seus interesses dentro do Estado.

Gráfico 4: Quantitativo de RTID concluídos pelo INCRA, entre 2005 – 2017. (Atualização)  
Fonte: INCRA, 2015<sup>22</sup>. Elaboração Própria, 2016.

## **9. A HISTÓRIA DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA)**

A história do Quilombo de Rio dos Macacos tem como cenário geográfico uma área do que é hoje o município de Simões Filho – emancipado de Salvador em 1961 –, especificamente, o território está situado em uma área limítrofe entre esse município e a capital da Bahia, compreendida na reconhecida Região Metropolitana de Salvador – RMS<sup>23</sup>.

Entretanto, as fronteiras geográficas delimitadas na atualidade não são capazes de discorrer sobre a história de luta e resistência dessa comunidade, que pode ser observada no estudo bibliográfico do laudo antropológico produzido pelo antropóloga Maria Ester Fortes, em 2012, como peça fundamental do RTID da comunidade.

Subdivido de maneira didática, nesse material, a história desse quilombo em quatro partes: I) A gênese do Quilombo Rio dos Macacos (BA); II) A relação dessa comunidade com uma das maiores Regiões Metropolitanas do Brasil; III) A chegada da Marinha do Brasil ao território; IV) O estágio atual jurídico/político/territorial da comunidade.

### **9.1. GÊNESE DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS**

---

22 Disponível em <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>, último acesso em 10 de março de 2016.

23 A Região Metropolitana de Salvador, também conhecida como Grande Salvador e pelo acrônimo RMS, foi instituída pela Lei Complementar Federal número 14, de 8 de junho de 1973. Segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, a região conta com quase 4 milhões de habitantes (3.953.290). Segundo ainda o IBGE, a RMS já é a segunda maior aglomeração urbana do Nordeste brasileiro (segundo o Censo de 2010), e a sétima do Brasil, além de ser a 109ª mais populosa do mundo. Concentra aproximadamente 45% do PIB estadual e também a segunda metrópole mais rica do Norte-Nordeste.



Segundo Fortes, (2012), o quilombo Rio dos Macacos é entendido enquanto sendo uma comunidade negra e rural, composta hoje por 67 famílias descendentes de quilombolas, e que, há mais de um século, ocupam um território integrado atualmente ao município de Simões Filho. A história dos ancestrais dessa comunidade com o território teve início com a compra do Engenho e da Usina Aratu em 1783, pelo capitão Manoel de Oliveira Barrozo.

Sabe-se que a região do Recôncavo Baiano teve uma forte influência na produção do açúcar no Brasil, e a base da força de trabalho nos antigos engenhos e usinas era a escrava. Desse grupo de trabalhadores se formaram a ancestralidade dessa comunidade. Segundo os estudos antropológicos realizados, a formação ancestral desse quilombo não necessariamente tem haver com a fuga de escravos que trabalharam na Usina de Aratu, mas sim, com a desativação da mesma. Segundo o relatório:

Nas fontes documentais e bibliográficas consultadas, os limites das terras do Engenho de Aratu e, posteriormente, da Usina de Aratu são pouco claros, mas em suas terras estão presentes alguns marcos importantes para a comunidade. Marcos que remetem tanto a origem de alguns antepassados da comunidade, lembrados por seus filhos e netos, quanto a um passado mais distante, mítico, onde símbolos da escravidão e de resistência à condição de subalternidade povoam de significados os lugares desse espaço. (FORTES, 2012. Pág. 21)

Ainda segundo o relatório antropológico:

Até o momento não foram encontradas referências documentais ou bibliográficas sobre o funcionamento e a desativação da Usina de Aratu. Fontes orais, no entanto, nos informam que esta usina teria fechado suas portas em meados dos anos 1930. Essa unidade produtiva desempenhou um importante papel na organização econômica e fundiária desta região, e é a ela que nos remetem as memórias mais profundas dos moradores de Rio dos Macacos. (FORTES, 2012. Pág. 21)

Da falência da Usina de Aratu, três fazendas tiveram suas terras passadas enquanto devolutas para o município de Salvador. São elas as fazendas Macaco, Meireles e Aratú. Essas três fazendas estão na memória de diversos quilombolas da comunidade, que reivindicam e lembram-se de seus pais e avós relatarem sobre o trabalho nessas fazendas. A imagem a seguir é um mapa reproduzido dessas fazendas, e pertence ao arquivo cartográfico da Base Naval de Aratu, representando o levantamento dos terrenos que interessam a Barragem dos Macacos, produzido em novembro de 1957 e oferece, entre outras informações relevantes desta área, os limites entre essas fazendas:

Imagem 2: Foto dos limites das fazendas que faziam parte da Usina de Aratú



Fonte: Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016. Arquivo Cartográfico da Base Naval de Aratú (1957). Foto de Maria Êster (2012).

Evidentemente a configuração do território se alterou muito da década de 1930 até o momento atual. Inúmeros processos se somaram a essa área. Após relatar sobre a gênese dessa comunidade, trago aqui dois parâmetros norteadores de formação desse território, não

necessariamente em ordem cronológica: a) O desenvolvimento urbano e industrial no entorno da comunidade; b) A chegada da Marinha do Brasil ao território.

## 9.2. A RELAÇÃO DE UM QUILOMBO COM UMA DAS MAIORES REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL

Em uma oficina realizada dentro da comunidade no final de 2013, ainda nas atividades multidisciplinares da Residência Profissional, foi organizado uma atividade de livre desenho com algumas crianças que estavam “atrapalhando” a reunião oficial com os adultos. Enquanto colegas de equipe desenvolviam o trabalho com a comunidade, esse autor solicitou para que as cerca de dez crianças que ali estavam ficassem comigo em um local afastado da reunião, e que desenhassem e falassem sobre o que queriam no “seu quilombo”. As crianças não tinham mais de dez anos de idade, e me lembro de falas e desenhos que me marcaram bastante: “Queria um restaurante japonês aqui dentro”, falava um dos pequenos; “Poderia ter uma loja de roupas da marca ‘X’, ou de computador, celular, etc.”.

Por mais inocentes que tivessem sido esses desejos das crianças (e justos também), pela primeira vez percebi o quanto a tradicionalidade e os costumes vinculados às interações rurais dessa comunidade se perdiam nas novas gerações. Mesmo que na outra reunião – a dos adultos –, os desejos fossem roça, casa de farinha, cerca, curral, etc., esse quilombo já possui uma relação diferenciada com a sua terra em relação a outras comunidades mais isoladas e afastadas dos centros urbanos.

Sem sombra de dúvidas, o fato de o mesmo estar inserido em uma das maiores regiões metropolitanas do país, de ter preservado – em grande parte – as tradições e os costumes rurais, e estar interagindo constantemente com a urbanização da região, que apresenta complexas dinâmicas econômicas e sociais que são, em grande medida, alheias a tradicionalidade quilombola rural.

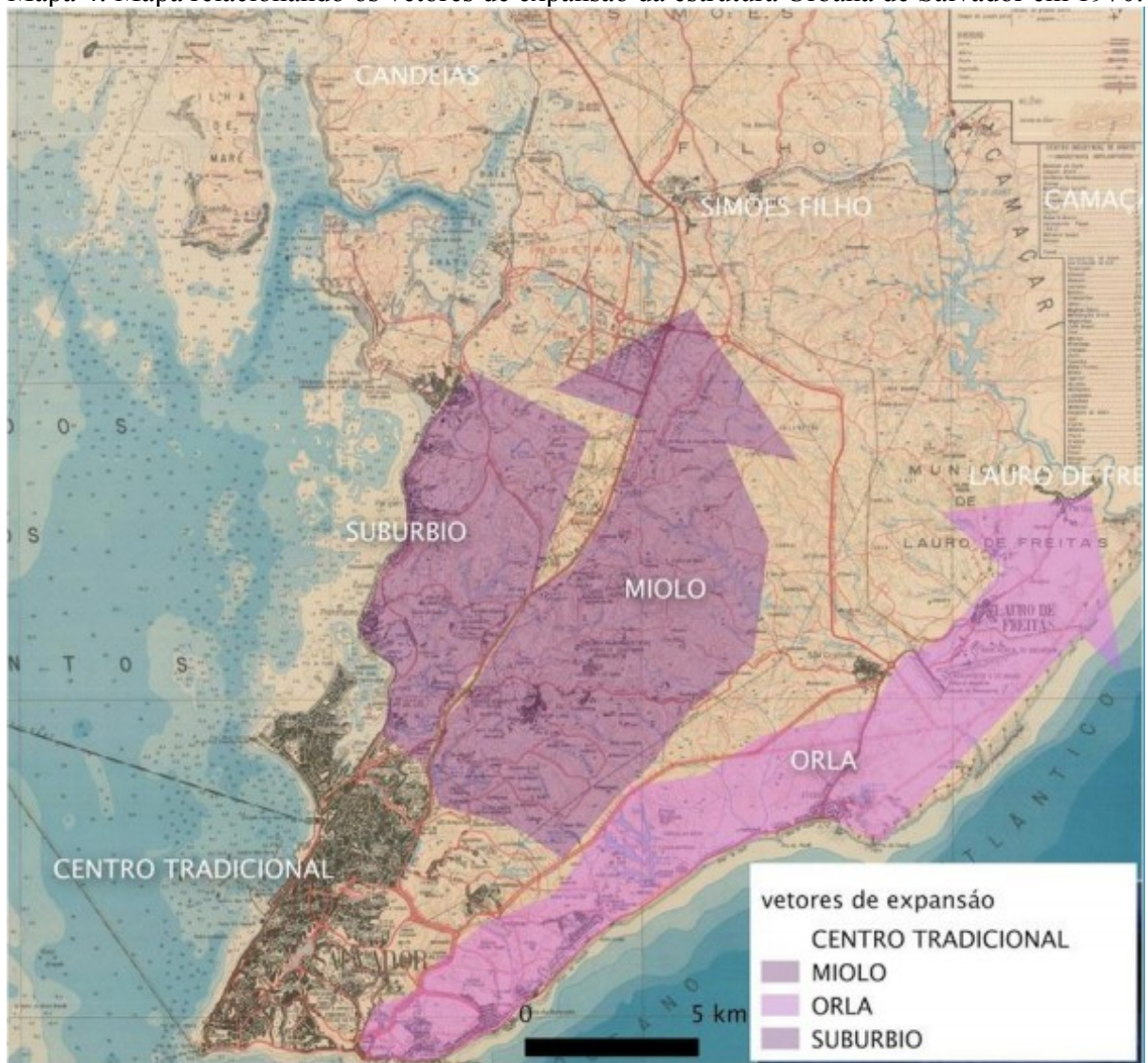
Em concordância com Gilberto Corso Pereira (2015), parte-se de duas premissas para análise do contexto metropolitano:

“i) As cidades são sistemas dinâmicos e em constante evolução; ii) A evolução na direção da constituição de uma ‘sociedade urbana’ é irreversível e tem como resultado a dissolução de fronteiras entre espaço urbano e rural já prevista por Lefebvre (1969) há mais de quarenta anos, tornando a dispersão urbana uma das principais formas de expansão das fronteiras da cidade.” (PEREIRA, 2015, pag. 6).

Considerando, então, as cidades como sistemas dinâmicos, em constante evolução e cada vez mais “eliminadora” das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, traz-se o contexto de desenvolvimento metropolitano de Salvador, e de toda a área vizinha ao Quilombo Rio dos Macacos, nessa produção bibliográfica pelo fato de que, esse processo, é determinante para o entendimento da preservação identitária do espaço delimitado.

Segundo Ângela Gordilho, projetos habitacionais e a ocupação informal também foram intensos durante todo o final do século passado (GORDILHO, 2012), tornando essa região um dos três vetores de expansão do município de Salvador, que incluía, ainda, a expansão do considerado “miolo” de Salvador (região central delimitada por um lado pela Avenida Luís Viana Filho, a Paralela; e, pelo outro lado, pela BR-324), e a ocupação da orla atlântica.

Mapa 4: Mapa relacionando os vetores de expansão da estrutura Urbana de Salvador em 1970.

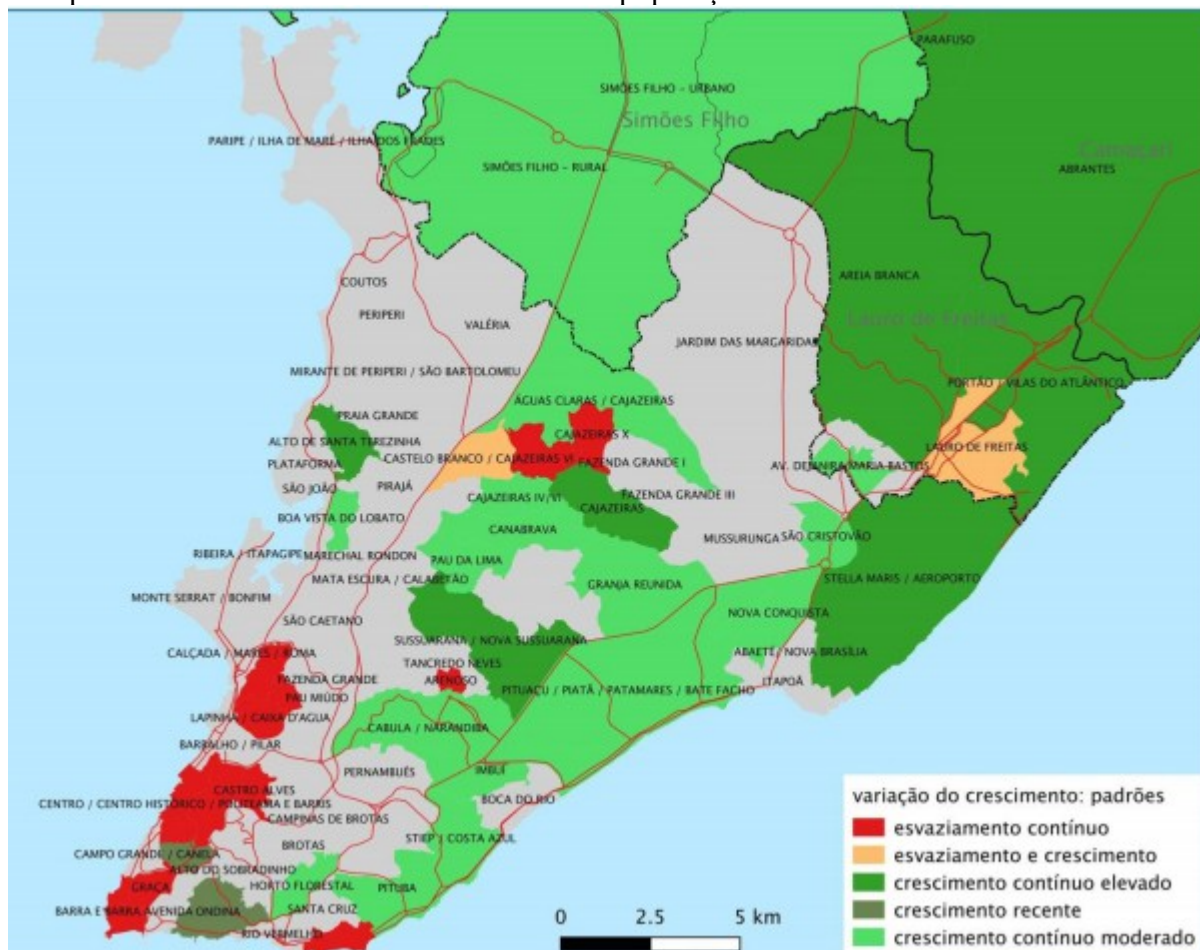




Fonte: Plano Salvador 500, Prefeitura Municipal de Salvador. Elaboração: Carvalho e Pereira (2014)

Levando em consideração uma série histórica de 1991 a 2010, os estudos de Pereira & Carvalho (2014) demonstram que a área do território quilombola pesquisado obteve, nesse período, um nível considerado como “crescimento contínuo moderado”, fruto, principalmente, da expansão urbana de Salvador.

Mapa 5: Salvador: Padrões de crescimento da população de Salvador e entorno 1991 - 2010



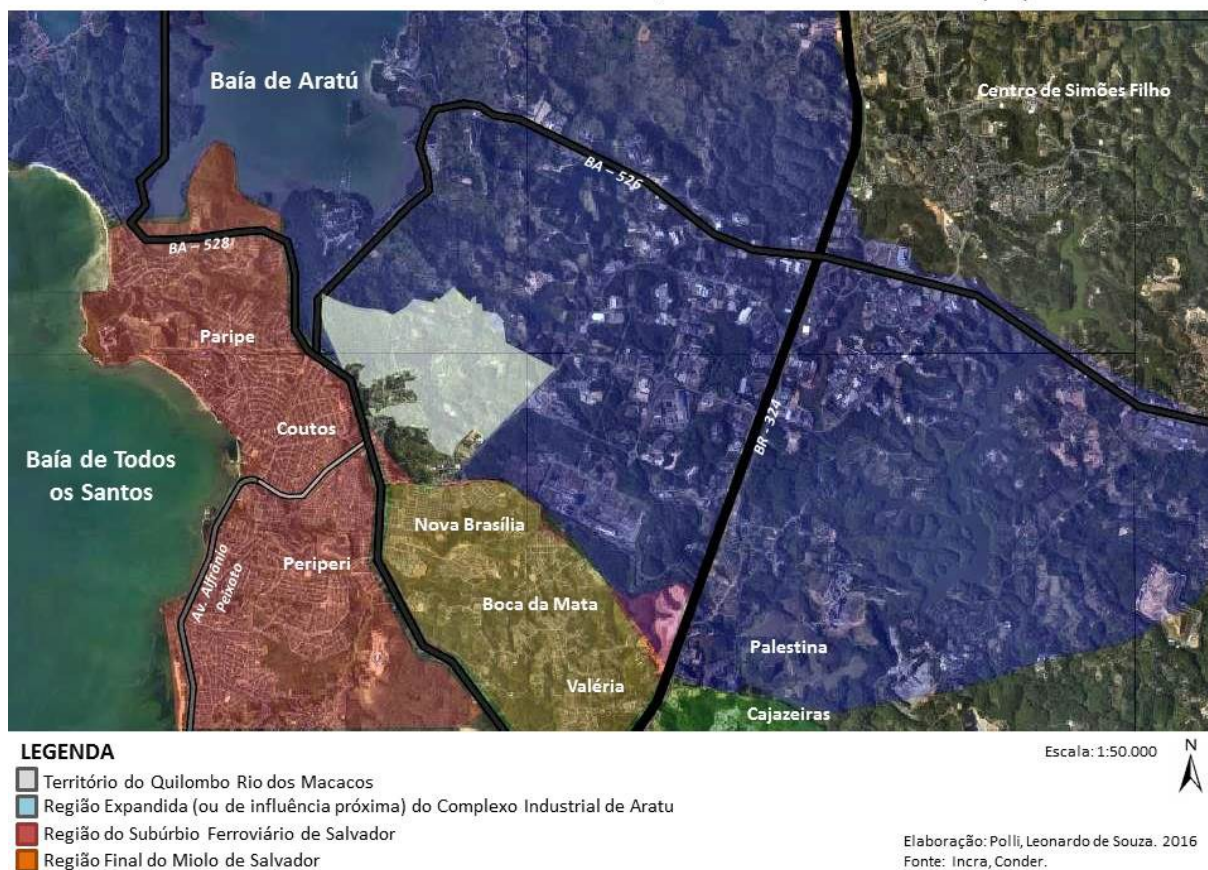
Fonte: Plano Salvador 500; IBGE, 1991, 2000, 2010. Processamento e Elaboração: Carvalho e Pereira (2014)

Apesar da expansão e do desenvolvimento da área urbana de Salvador, assim como em diversas cidades do Brasil, não se observa um crescente desenvolvimento no nivelamento das

condições de infraestrutura, acesso a bens e meios de serviço e equalização dos níveis e das faixas de renda em comparação com outras localidades de Salvador e Região Metropolitana.

A estrutura viária da região também se desenvolveu bastante no último período, principalmente para ser suficiente para atender o adensamento populacional da região do subúrbio ferroviário de Salvador (a margem de uma trilha de trens, ainda em operação), e para auxiliar o processo de escoamento produtivo da região portuária do Complexo Industrial de Aratu (CIA), composto, também, por uma região portuária na Baía de Todos os Santos. A construção do CIA, da região portuária e das rodovias foi responsável, também, para delimitar a porção territorial do quilombo pesquisado nos dias atuais, como pode ser observado no Mapa 6.

Mapa 6: Mapa das manchas das regiões vizinhas ao território do Quilombo Rio dos Macacos  
Análise em manchas do entorno do Quilombo Rio dos Macacos (BA)



Fonte: Incra e Conder, 2012. Elaboração: Leonardo Polli, 2016.

Atualmente boa parte das terras ao norte do quilombo, na Região do CIA, pertence à Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia (SUDIC). Outras áreas ao norte do território foram ocupadas ao longo do final do século passado, por mais de uma

centena de pequenos agricultores, posseiros, muitos dos quais se estabeleceram nessas terras em meados dos anos 1980, a partir de um movimento ocupacional organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mapele, bairro pertencente à Simões Filho. (FORTES, 2012)

As análises em relação ao entorno do território são fundamentais para entender as dinâmicas atuais da comunidade de Rio dos Macacos. Entretanto, apesar de todas as novas (re)configurações que o quilombo e a área do entorno sofreram nas últimas décadas, nada foi mais determinante do que o início das atividades da Marinha do Brasil na região.

### 9.3. A CHEGADA DA MARINHA DO BRASIL

Novamente reitero que o processo de reconhecimento e regularização fundiária no país é complexo. Por isso, é muito comum na atualidade notícias em que: um grupo de pequenos produtores disputam terras com um grande latifundiário ou fazendeiro; ou, que grupos indígenas entram em confronto com grandes redes multinacionais de exploração de matéria prima; marisqueiras, pescadores e comunidades ribeirinhas comumente se colidem com os interesses econômicos de grandes redes hoteleiras. Não é possível esquecer também, que há ainda as disputas que ocorrem entre grupos dos povos e comunidades tradicionais com o próprio Estado, seja em áreas tombadas pela União, seja por terras devolutas.

O caso do Quilombo Rio dos Macacos também tem a sua história própria e que apesar de ser linda do ponto de vista da luta pela afirmação territorial e identitária, conta, certamente, com momentos trágicos. De fato, como diz a geógrafa Paula Cordeiro:

A memória histórica é marcada pelos indivíduos envolvidos nela. Existem momentos políticos que podem se tornar marcos na vida de pessoas diferentes em muitos cantos do globo. Quando o simples e o cotidiano se transformam, as pessoas mudam. “A cabeça pensa onde o pé pisa” gritamos, mas a verdade é que só existimos enquanto seres humanos envolvidos em relações: materiais e imateriais. Relação para produzir e reproduzir, relação para se comunicar. (CORDEIRO, 2014, p. 11).

Ainda sobre isso, a geógrafa questiona:

Mas quando a vida cotidiana e a possibilidade de relação humana estão condicionadas, vigiadas, impedidas? Quando os corpos são controlados? Quando envolvidos na luta temos esperança? (CORDEIRO, 2014, p. 11).

De fato, ocorre que as terras onde essa comunidade existe e resiste foram adquiridas, legalmente, pela Marinha a partir de meados da década de 1950. Essa “aquisição” legalizada e normatizada foi, sem sombra de dúvidas, o elemento de choque direto em relação a tradicionalidade e os costumes locais, e a mudança impositiva de ações promovidas por um agente antagônico.

O perímetro abrangido pelas terras em nome da Marinha neste local resulta da desapropriação de uma pequena porção da Fazenda Aratu, da desapropriação de partes da Fazenda Meireles e de uma doação, feita à Marinha pela Prefeitura Municipal de Salvador<sup>24</sup>, da Fazenda Macacos. (FORTES, 2012. Pág. 29)

Por ter uma posse considerada legítima do território, a partir da década de 1960, a Marinha do Brasil começa a ocupar a região, e iniciar um processo de instalação de suas edificações e equipamentos inerentes ao funcionamento da atividade militar. Porém, apesar de começar a construção de seus equipamentos no território a partir da década de 1960, a chegada da Marinha a região remonta à Segunda Guerra Mundial. Seguindo o relatório antropológico, apresenta-se a seguir um breve histórico dos marcos que levaram a instalação da base naval, tal qual está disponível no site oficial da Base Naval de Aratú:

A ideia da construção de uma Base Naval na área correspondente às antigas fazendas da Ponta de Areia, Pombal e Boca do Rio remonta ao ano de 1883 (...). Mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, a Marinha dos Estados Unidos construiu bases navais ao longo de todo o litoral brasileiro. Na cidade de Salvador foram criadas duas bases navais: uma base aeronaval em Aratú, e outra destinada a prestar apoio logístico a aviões “*destroyers*”, localizada em frente ao porto de Salvador, na área onde hoje funciona o grupamento de fuzileiros navais. Após a guerra essas bases foram entregues ao Brasil, ficando inicialmente a Marinha com a base aeronaval de Aratú. Assim, no ano de 1949, surgiu a ideia de construir uma Base Naval em Aratú, com a consequente transferência da Base Naval de Salvador para esse local. (...) Após 20 anos de muito esforço, dedicação e trabalho, a Base Naval de Aratú foi criada pelo Decreto Federal número 64.630 de 03 de junho de 1969, entrando em efetivo funcionamento em 01 de junho de 1970. Localizada estrategicamente na Bahia de Todos os Santos, próxima a importantes polos de desenvolvimento industrial, é uma Organização Militar Prestadora de Serviços – OMPS.<sup>25</sup>

---

24 A partir da Lei Municipal nº492, de 5 de julho de 1954, a Fazenda Macaco foi doada a Marinha do Brasil pela Prefeitura Municipal de Salvador. Vale, como referência, que o município de Simões Filho só fora emancipado de Salvador em 1961.

25 Disponível, na íntegra, em <http://www.mar.mil.br/bna/historico.html>. Último acesso em 10 de janeiro de 2016.



Da construção da Barragem de Rio dos Macacos na década de 1950, à construção da Vila Naval da Barragem a partir da década de 1970, ampliada até os dias de hoje, o fato concreto é que a instalação da Marinha no território fora marcada pela imposição de novas e estranhas dinâmicas e imposições sociais de uma área que já era adensada e ocupada por uma população tradicional (diretamente ligada e identificada com o território).

#### 9.4. A CHEGADA DA MARINHA DO BRASIL

Desde 2009 a Marinha está, através de ações reivindicatórias, requerendo a desocupação dos quilombolas da área militar situada no entorno da Base Naval e da Vila Militar de Aratu, e a reintegração de posse dessa área ao seu território. Ou seja, para a Marinha do Brasil, a comunidade que ali existia centenariamente, nada mais era, do que um grupo de invasores que ocuparam ilegalmente aquelas terras. Evidentemente os processos reivindicatórios movidos pela Marinha do Brasil gerou uma contraofensiva da comunidade.

Com essas mobilizações, e através de estudos antropológicos, a comunidade obteve a certificação de autorreconhecimento quilombola emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em outubro de 2011, primeiro passo para o reconhecimento territorial no Brasil. No momento posterior, o INCRA começou a confecção do RTID da comunidade, concluindo-o em 2012, e caracterizando, como já mencionado, que Rio dos Macacos é um quilombo, tendo hoje 67 famílias reconhecidas enquanto remanescentes quilombolas

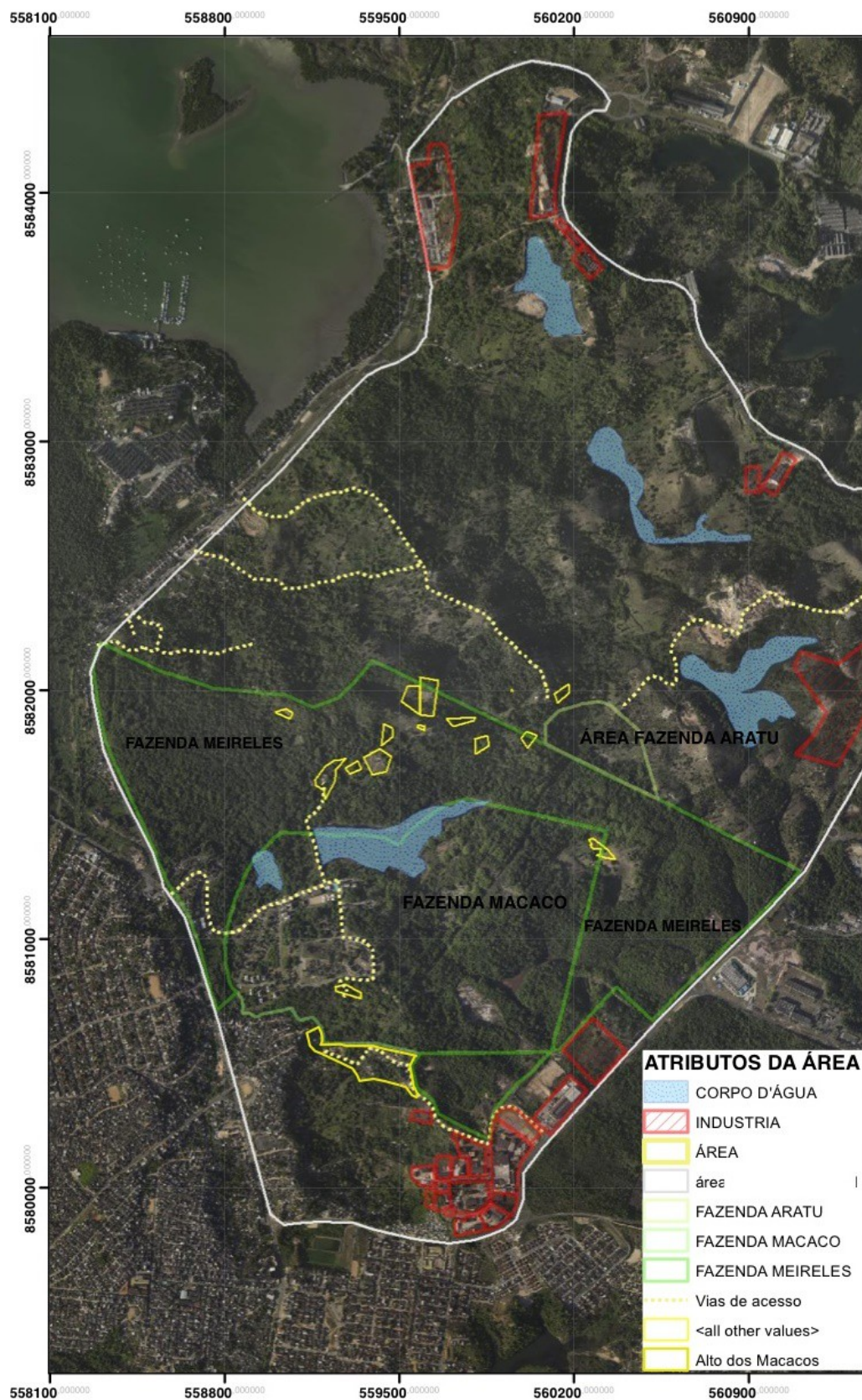
A partir da confecção do RTID, o cenário já era outro. Com a certidão de comunidade quilombola, e o reconhecimento e delimitação territorial desenvolvido pelo INCRA, órgãos do Governo passaram a ter que, judicialmente, delimitar o território da comunidade, e reconhecer que a mesma permanece no território. Desde então, inúmeras foram as reuniões entre a comunidade e órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal (Simões Filho), na tentativa de promover políticas públicas no território.

Por mais que o Quilombo Rio dos Macacos seja um marco na história nacional da luta quilombola, nenhuma política pública efetiva foi consolidada no território. As propostas de construção e reforma de moradias não saíram do papel, bem como a de garantia de serviços mínimos de infraestrutura básica, como a distribuição de água canalizada e energia elétrica.

Atualmente, alguns moradores estão cadastrados em programas sociais como o programa Bolsa Família e os atendidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Simões Filho. O elemento central foi e segue sendo a questão territorial.

Estabelecendo a centralidade da questão territorial, apresento a seguir algumas propostas desse processo e mapeamentos feitos nesse processo, que estão também presentes no EtnoAtlas da comunidade, como o Mapa 7, realizado pela Zagatto Consultoria (INCRA, 2012), que reconheceu, inclusive a área histórica de ocupação e utilização da comunidade, muito maior do que o que hoje fora concedido.

Mapa 7: Área histórica de estudo da comunidade quilombolas de Rio dos Macacos (BA)



Fonte: Relatório Antropológico Rio dos Macacos. Zagatto Consultoria. INCRA (2012)

Ou seja, mesmo reconhecendo a porção territorial histórica que essa comunidade possuía, e toda a relação produtiva, econômica e cultural com a região, no mesmo ano, como já



mencionado, o INCRA havia caracterizado que o território compreendia 301 hectares. Aqui cabe destacar que boa parte dos estudos, análises, oficinas e atividades realizadas material e do EtnoAtlas levam em consideração esse quantitativo territorial.

Mapa 8: Delimitação territorial oficial do Incra ao Quilombo Rio dos Macacos.

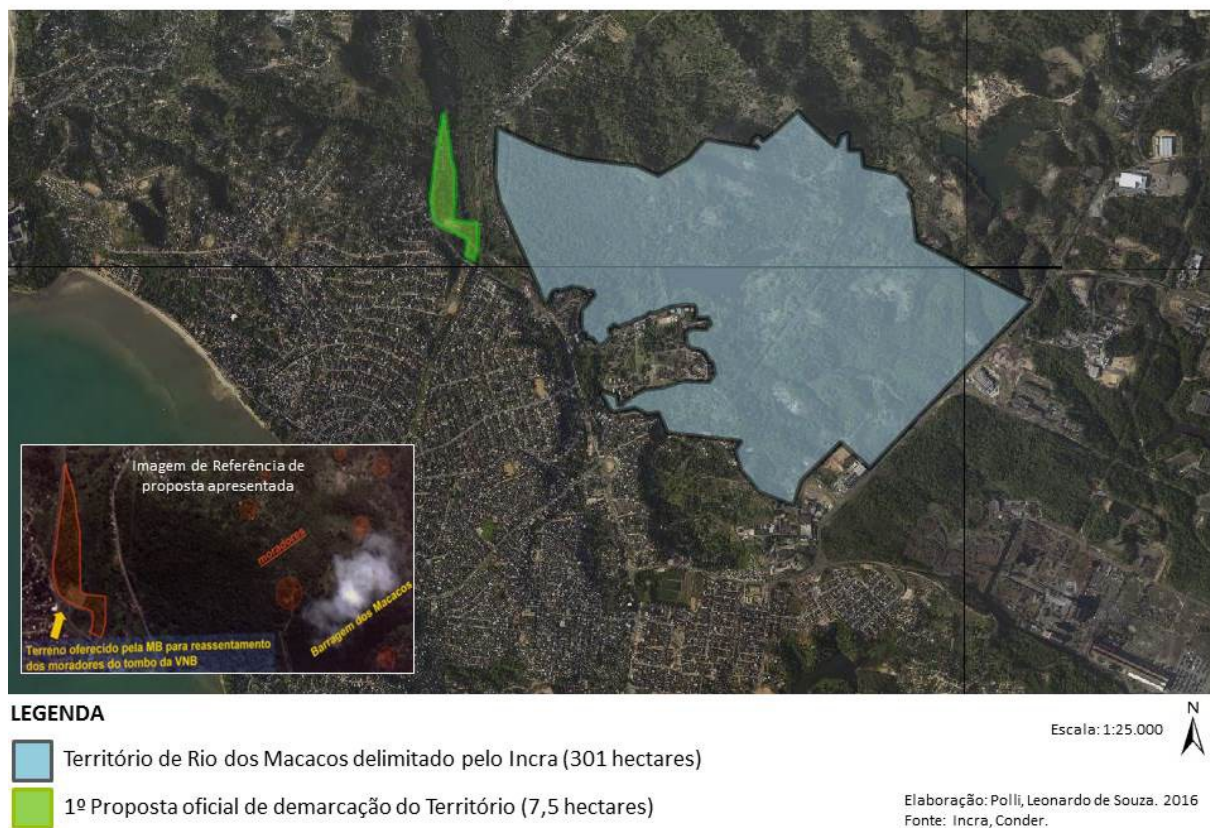


Fonte: INCRA (2012)

Listo três elementos centrais por essa opção de análise metodológica: a) Esse foi o quantitativo de área determinado pelo INCRA em suas análises territoriais e antropológica; b) Como instrumento de luta, a comunidade segue reivindicando esse quantitativo; e c) por estar ainda em curso à regularização fundiária, fica difícil seguir uma base cartográfica oficial em relação ao território (já que qualquer definição se torna passível de modificações conjunturais), sendo assim, desde os trabalhos prévios, trabalho individualmente ou coletivamente com essa realidade. Assim sendo, a seguir demonstro o território apresentado pelo instituto em 2012:

A primeira proposta oficial para demarcação territorial desse quilombo foi, no mínimo, um desrespeito à história, importância e cultura quilombola de maneira geral. Fora ofertado, ainda em 2012, em uma audiência no Ministério Público da Bahia, uma porção de 7,5 hectares de terras, fora do território demarcado, como demonstrado na imagem o Mapa 9:

Mapa 9: Mapa de projeção da primeira proposta de regularização fundiária ao território. Projeção aproximada da primeira proposta de regularização fundiária e reassentamento da comunidade quilombola de Rio dos Macacos



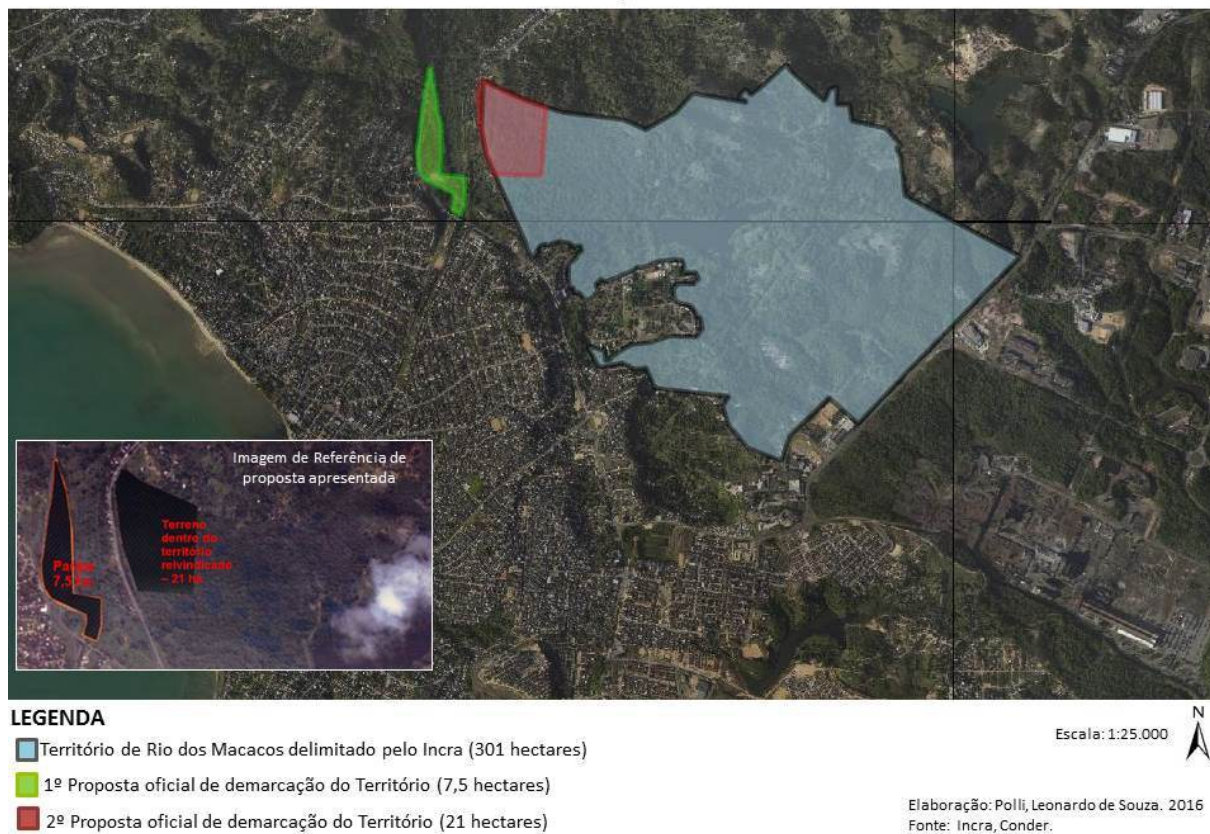
Fonte: INCRA, CONDER (2012). Elaboração Própria (2016).

No mapa acima, apresenta-se uma delimitação aproximada da proposta, haja vista que nem as bases digitais foram sequer disponibilizadas. A apresentação grosseira dessa proposta foi rejeitada pela comunidade da mesma forma. E assim se sucederam novas proposições, sempre rejeitadas.



Mapa 10: Mapa de projeção da segunda e terceira proposta de regularização fundiária ao território.

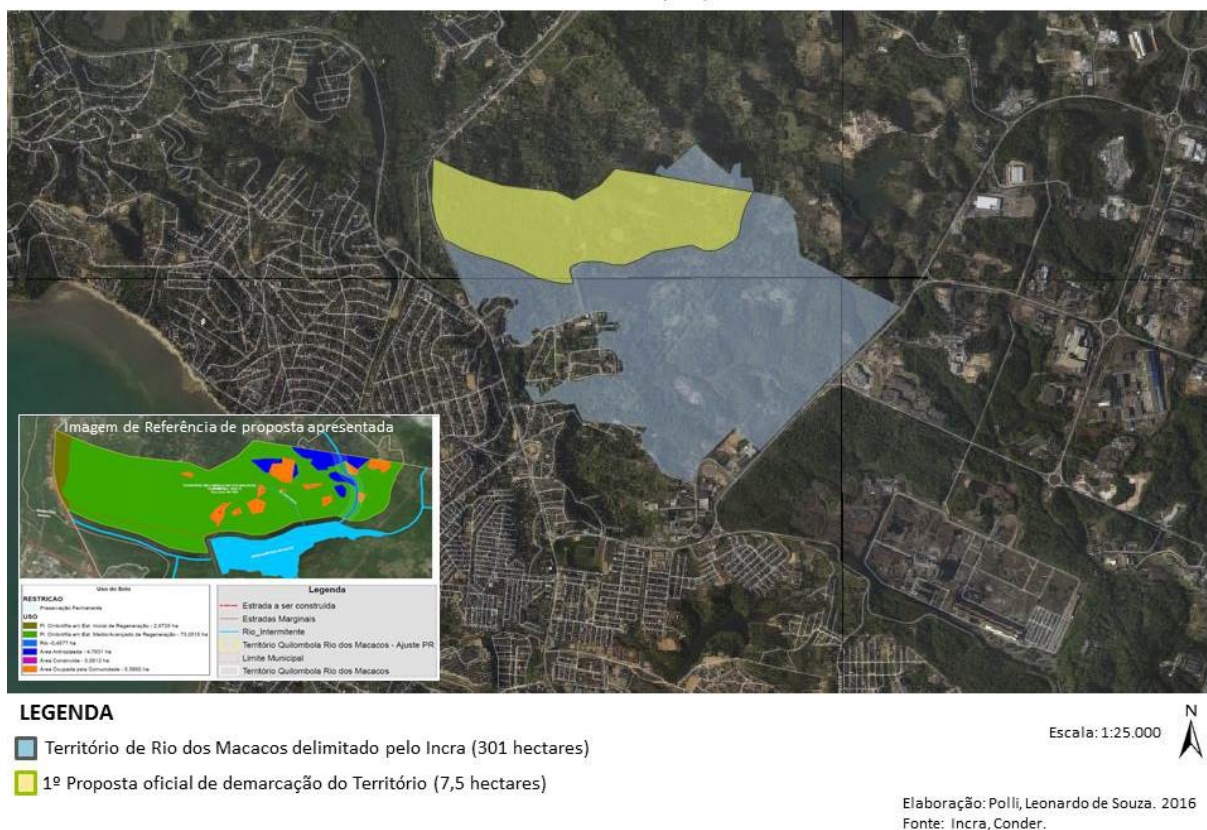
Projeção aproximada da segunda – e terceira – proposta de regularização fundiária e reassentamento da comunidade quilombola de Rio dos Macacos



Fonte: INCRA, CONDER (2012). Elaboração Própria (2016).

Assim como a primeira, a segunda e a terceira (junção da primeira e da segunda) proposta foram rejeitadas. Registra-se aqui que fora nesse momento que o autor desse trabalho começou a interagir com a comunidade, com o grupo de trabalho já mencionado do qual fazia parte do processo de assistência técnica e profissional. Pelos mapas que o próprio Incra desenvolveu já fica nítido que as propostas não só estão longe de atender os anseios territoriais dessa comunidade, mas que restringia o mesmo do acesso a recursos básicos para a subsistência de uma comunidade rural, como o acesso a água, desde a Barragem de Rio dos Macacos, até o manancial hídrico da região.

Mapa 11: Mapa da quarta proposta, baseada na Delimitação territorial oficial do Incra  
Quarta proposta de regularização fundiária e reassentamento da comunidade quilombola de Rio dos Macacos (BA)

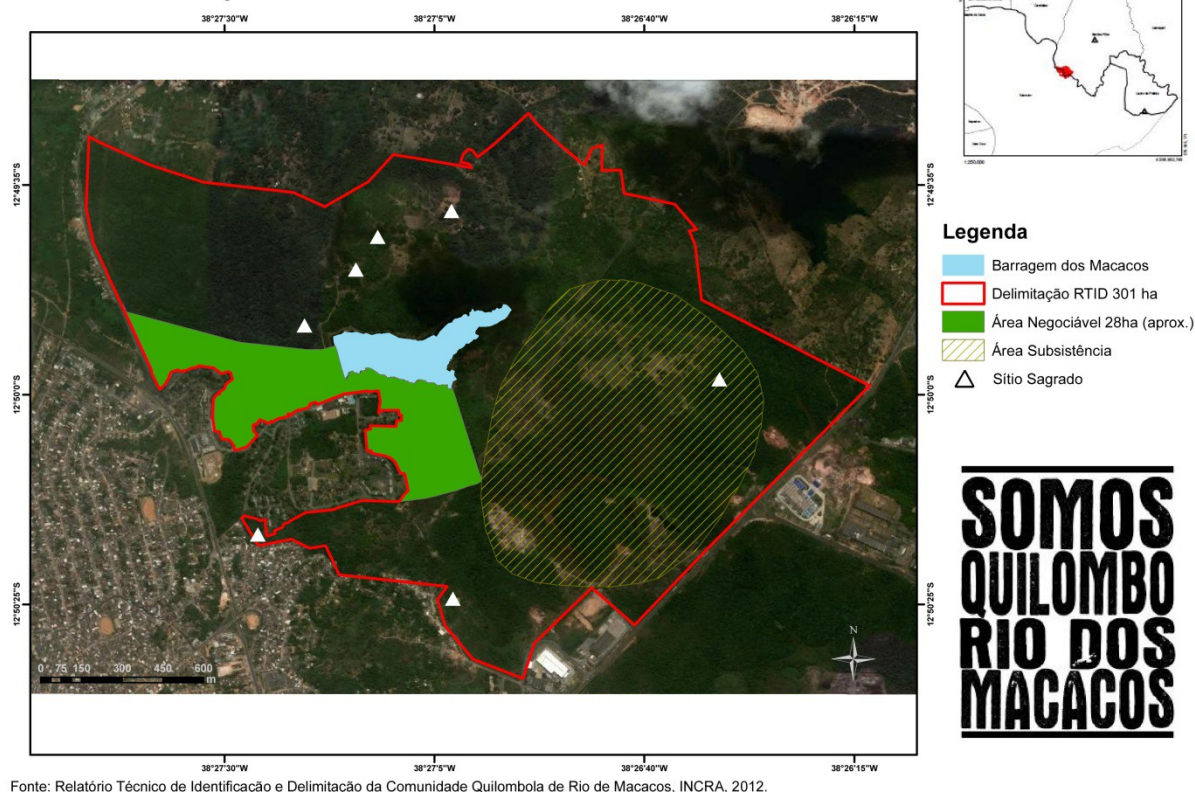


Fonte: INCRA, CONDER (2014). Elaboração Própria (2016).

Diante dos empasses, e da aproximação já iniciada entre os membros da Residência Profissional, uma oficina junto com lideranças da comunidade, conduzida pelas colegas de equipe Paula Regina Cordeiro (Geógrafa), e Luana Figueiredo (Arquiteta), uma contraproposta fora pela primeira vez apresentada para o poder público, junto com um plano construído pela equipe de diretrizes mínimas para a regularização fundiária.



Mapa 12: Contra Proposta apresentada por equipe de assistência profissional.  
**Contra-Proposta Quilombo Rio dos Macacos**



Fonte: POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. Elaboração: Luana Figueiredo e Paula Regina, 2015.

Essa proposta foi apresentada em maio de 2014, e marcou o fim de um ciclo de audiências públicas sobre a regularização fundiária da comunidade. Por ser ano eleitoral, e momento de mudança ou fim de gestões estaduais e federais, pode-se induzir que os governantes, e, por consequência, seus membros indicados nas instituições e secretarias públicas, não estavam preocupados com a questão, e passaram a girar a máquina pública para o atendimento de seus pleitos eleitorais.

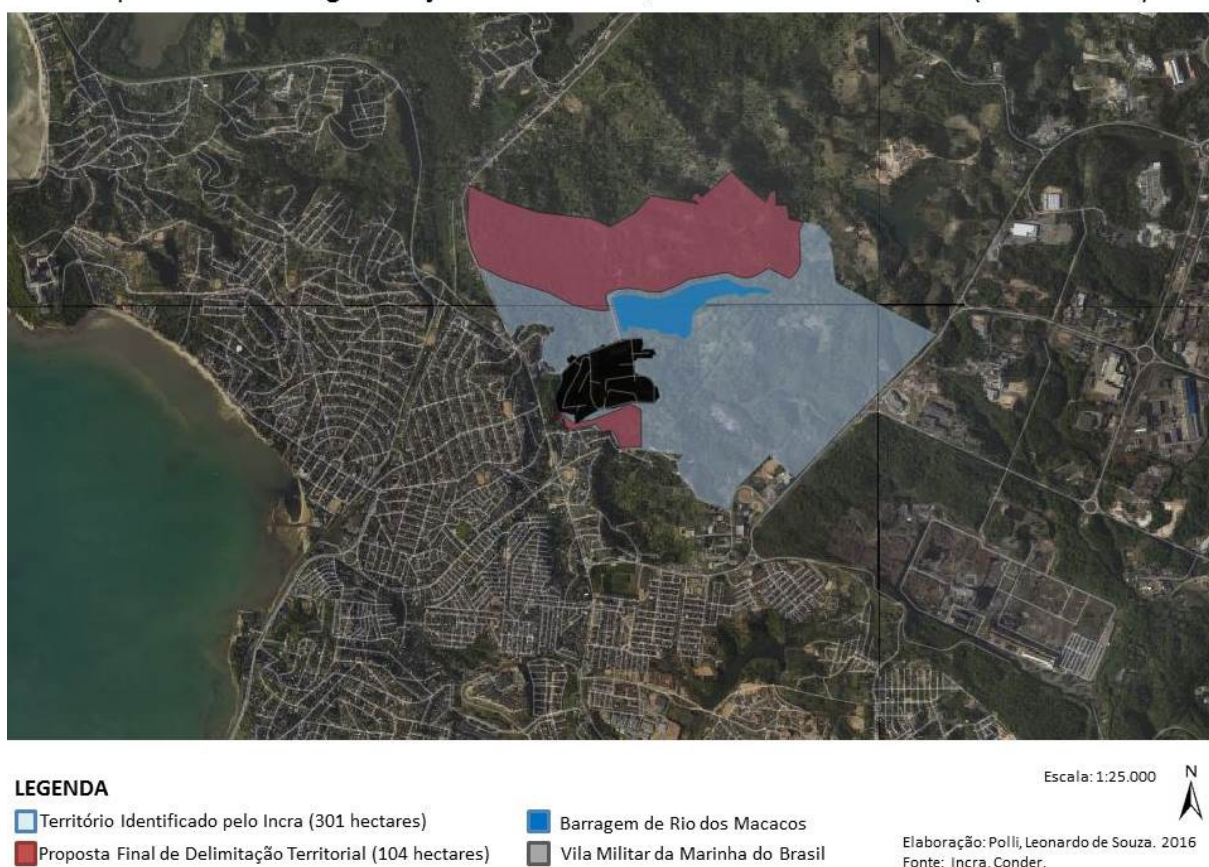
Dando sequência a essa lógica, apenas em 2015 foram retomadas as “negociações” em relação a regularização fundiária do território. Entretanto, a parte das audiências e discussões simplesmente deixaram de existir. De um lado, o Governo apresentou em meados de 2015, o que chamaria de proposta final para a demarcação do território quilombola, não havendo mais espaço para discussão sobre a mesma. Por outro lado, as necessidades imperativas pelas definições territoriais e pela promoção urgente de políticas públicas no quilombo, fizeram com que o capital social de mobilização da comunidade se perdesse um pouco. Isso fez com



que não houvesse mais por parte do Quilombo uma efervescência política para lutar até o fim pela demarcação do território reivindicado, ou próximo.

Essa foi uma jogada consciente do Governo, que cansou até o fim a resistência quilombola no processo de negociação de seu território. Na urgência por ver o desenvolvimento, finalmente, de suas precárias condições sociais, econômicas e de infraestrutura, apesar de terem recorrido judicialmente à decisão (e desse processo ainda estar em curso), não tiveram articulação e fôlego suficiente para conquistar mais fatias territoriais. O Governo agiu rápido e sabiamente diante dessa realidade, demarcando e publicando a proposta de 104 hectares.

Mapa 13: Mapa da proposta final de regularização fundiária  
Proposta Final de Regularização Fundiária do Quilombo Rio dos Macacos (104 hectares)



Fonte: INCRA, CONDER (2015). Elaboração Própria (2016).

A publicação legal de reconhecimento do território ocorreu muito recentemente, mais especificamente, fora publicada no Diário Oficial da União, no dia 18 de Novembro de 2015, a Portaria 623, que declara “como terras da comunidade remanescente de Rio dos Macacos, em Simões Filho (Grande Salvador), uma área de 301 hectares, dos quais somente 104 hectares foram destinadas para titulação de posse”.

Com a demarcação das terras, uma parte das 67 famílias que residem no local está em uma área de 86 hectares ao norte da barragem da Base Naval de Aratu e outra está assentada em seis hectares ao sul da vila (respeitando a tradicionalidade já mencionada de Dona Maria e seu núcleo familiar).

Dessa proposta fizeram surgir outras, e desde que o pertencimento foi garantido no território através de uma carta que os reconhece enquanto quilombolas, a fração do território passou de menos de 8 hectares para 104. Sim, foi uma vitória construída com muita luta e dedicação da comunidade, e por aqueles que se somaram ao processo. Não obstante, uma festa dentro da comunidade foi organizada no dia 19 de janeiro de 2016, junto com membros, artistas, parlamentares e gestores de diversas instituições, órgãos públicos e segmentos do movimento social para celebrar essa conquista.

Imagens 3: Foto da festa de comemoração da publicação do território a favor da comunidade



Foto: Leonardo de Souza Polli (2016)

Não há dúvidas de que essa conquista tem que ser celebrada e comemorada. O breve relato nesse trabalho dessa comunidade demonstra que a batalha pela permanência no território foi muito dura, com cenários de avanços e retrocessos. Há que se preocupar ainda com o cenário recente de transferência das atribuições de demarcação territorial do Incra para o MEC, e avaliar como de fato a publicação final do território irá ocorrer.

Além de ter o direito a permanecer no território, ao conquistar essa legitimidade, o quilombo pode passar, então a lutar e exigir, em seu território legítimo, a aplicação dos programas, das



políticas e das leis voltadas à promoção e ao desenvolvimento social e econômico dos povos e comunidades tradicionais. Evidentemente muito ainda tem que ser conquistado. Mas entre avanços (Imagem 4) e retrocessos (Imagem 5 e 6), o Quilombo Rio dos Macacos segue fazendo sua história.

Imagem 4: Imagem da implementação do programa de Eletrificação Rural na Comunidade



Fonte: Página no Facebook, Somos Todos Quilombo Rio dos Macacos, 2017. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

Imagem 5: Campanha promovida pelo Quilombo Rio dos Macacos pela continuidade das obras referentes a construção da estrada de acesso independente da comunidade

## Natal tenso no Quilombo Rio dos Macacos

*Marinha dá início à construção de muro para impedir a comunidade quilombola de ter acesso à água*



O Quilombo Rio dos Macacos teve um Natal de muita tensão. Desde o dia 23, estamos em luta, em defesa do nosso território - Terra e Água - que mais uma vez é atacado. A Marinha retoma as tentativas de iniciar as obras

de construção do MURO que pretende impedir o nosso acesso ao Rio.

As nossas plantações, nossas famílias, nossa comunidade como um todo, sempre foi abastecida pelo Rio dos Macacos. Este Rio para nós é Sagrado e não abrimos mão do direito ao USO COMPARTILHADO. Além de tentar nos tirar o acesso ao Rio e às águas que muitos de nós ainda consumimos, o rio também foi deixado fora de nosso território, assim como nossas Fontes Naturais, as Nascentes, as árvores frutíferas centenárias e nossa Sagrada Gameleira de valor Espiritual. Queremos uma reunião URGENTE com o Comandante Geral da Marinha, Secretaria Geral da Presidência, Ministro da Defesa, Ministério Público Federal, Fundação Cultural Palmares, INCRA, SEPROMI, SEPPIR e Secretaria de Direitos Humanos.

Comunidade quilombola Rio dos Macacos

**Somos todos Rio dos Macacos!**

**SOMOS  
QUILOMBO  
RIO DOS  
MACACOS**

Fonte: Página no Facebook, Somos Todos Quilombo Rio dos Macacos, 2017. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.



Imagem 6: Campanha contra o isolamento do quilombo à Barragem do Rio dos Macacos.



**Pelo Uso Compartilhado do RIO  
e pela continuidade das obras da Estrada**

Hoje, 10/01/17, nosso quilombo amanheceu com o Exército Brasileiro retirando manilhas - importante estrutura que antecede a conclusão das obras da estrada - sinalizando com isso a suspensão das obras.

Não abriremos mão das Políticas Públicas de acessibilidade que nos foi negada durante gerações, tão pouco do **uso compartilhado** do **RIO** que sempre nos abasteceu de Água e Alimento.

Continuamos pedindo uma reunião com as assessorias da nossa associação, o Comandante Geral da Marinha, Secretaria Geral da Presidência, Ministro da Defesa, Ministério Público Federal, Ouvidora da Defensoria Pública do Estado, Fundação Cultural Palmares, INCRA, SEPROMI, SEPIR e Secretaria de Direitos Humanos.



Fonte: Página no Facebook, Somos Todos Quilombo Rio dos Macacos, 2017. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

Para além das obrigações e responsabilidades legais que os governos, em todas as esferas, possuem em relação a promoção do desenvolvimento quilombola, a territorialização garantida permite, também, que a comunidade siga resgatando sua ancestralidade, e se afirmando socioculturalmente. A vida e a sociedade cada vez mais conectada auxiliam e fomentam esse desenvolvimento. Não à toa, a página da comunidade no Facebook vem sendo cada vez mais utilizada como ferramenta de divulgação das ações, campanhas políticas, produções agrícolas e artesanais (Imagens 9 e 10).

## **10. O ETNOATLAS DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS**

Por se tratar da identificação e do reconhecimento de territórios quilombolas, o etnomapeamento figura como uma importante ferramenta metodológica de captação de dados espaciais desses grupos que possuem, em grande maioria, apenas suas disposições visuais e memoriais sobre o território. Todavia, apesar de contar-se centralmente com elementos sensíveis, cabe ressaltar que ninguém melhor que a própria população residente é capaz de dizer o que representou, representa e pode representar cada trecho de seu território. Não à toa, Marcos Ataíde, diz que o resultado do etnomapeamento é:

“um repositório de conhecimentos que permitem compreender melhor as relações de seus atores com o meio em que vivem. Se usada como ferramenta de planejamento, pode ainda possibilitar a participação da população tradicional na tomada de decisões”. (ATAÍDE, 2005, p. 5).

Por conta disso, o projeto desenvolvido seguiu a lógica de que ao se georreferenciar os dados espaciais coletados a partir do etnomapeamento em bases cartográficas que permitam a visualização de diversos aspectos do território, é possível criar um cadastro das informações geográficas, e diversos mapas temáticos capazes de auxiliar a preservação e o planejamento do espaço, construído junto com a comunidade. Para tanto, o EnoAtlas apresenta o resultado de uma interação entre a metodologia e a técnica de captação de dados espaciais, e de posterior tratamento dessas informações.

### **10.1 ETNOMAPEAMENTO COMO CENTRO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DESENVOLVIDA NA RAU+E**

Como já mencionado algumas vezes, o trabalho aqui relatado não começou do zero e nem tão pouco é uma produção isolada e única. Não à toa, a fonte principal de toda a produção metodológica é o trabalho desenvolvido pela equipe (POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014) sistematizado no Relatório Síntese de Caracterização da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, em 2014.

Esse relatório sintetizou a parte de elaboração coletiva do processo de assistência técnica ao Quilombo. A assistência técnica coletiva foi desenvolvida e dividida em três momentos: i) Aproximação com a comunidade e com as associações parceiras do movimento; ii) Desenvolvimento das atividades de reconhecimento e mapeamento comunitário; iii)

Sistematização das informações e construção de um Relatório de Caracterização da comunidade quilombola de Rio dos Macacos.

A primeira parte do trabalho foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa etn-cartográfica. Diversas organizações, instituições e órgãos do estado (Federal e Estadual) já atuavam no território, quando começamos a nos aproximar. Após superar essa questão, foi possível desenvolver os trabalhos com base em algumas premissas e entendimentos sobre a etn-cartografia e o mapeamento participativo.

Segundo Chapin & Threlkeld (2001), essa técnica começou a ser popularizada na década de 1980, principalmente por um trabalho que se desenvolveu por toda a América Latina, e começou a ser utilizada para o mapeamento de comunidades indígenas, camponesas e afrodescendentes.

Em ACSELRAD & COLI (2008), os autores indicam uma pluralidade de denominações para estas experiências, como “levantamentos etnoecológicos”, “mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas”, “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território”, “mapeamento comunitário participativo”, “mapeamentos culturais”, “macrozoneamento participativo”, “etnozoneamento”, “etnomapeamento”, “diagnóstico etnoambiental” e “cartografia social”, entre outros.

Apesar da quantidade pulverizada (e sem nomenclatura definida), acredita-se que a diversidade de experiências entendidas como cartografias sociais ensejam questões relativas ao potencial de mobilização carreado por esses processos. Em verdade, é uma demonstração clara que o mesmo segue se descobrindo ao se ampliar enquanto método descritivo do espaço. Essa diversidade também reflete a questão identitária e específica de cada grupo social pesquisado.

Esse foi o entendimento que motivou o etnomapeamento da comunidade quilombola de Rio dos Macacos, o de registrar na história a existência da tradicionalidade, da história, das práticas, dos usos e dos costumes dessa comunidade. Nesse sentido, primeiramente, foram sistematizadas algumas oficinas realizadas nos tempos de RAU+E. Nessas primeiras atividades, tentou-se reconhecer primeiramente os locais e os espaços do território, observando as “áreas de medo”, “de produção”, “de festa”, “de atividades religiosas”, “de roças antigas”, “de locais de reunião e encontro”, etc. Ou seja, as primeiras oficinas permitiram com que a equipe técnica pudesse observar e registrar o que de mais essencial havia para os quilombolas em seu território.

Imagem 7: Fotos das oficinas de Etnomapeamento sensetivo realizada na RAU+E



Fonte: POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. (2014)



Imagem 8: Resultados das oficinas de Etnomapeamento sensetivo.



Fonte: POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. (2014)

Essas oficinas foram um excelente ponto de partida para as atividades em campo, de mapeamento dessas e de outras informações fundamentais para o registro e o conhecimento do território quilombola de Rio dos Macacos. Após essas atividades, o envolvimento comunitário foi (e seguiu sendo) fundamental para o cadastramento de dados e informações, que embasaram a confecção de um SIG dessa comunidade, tendo sido realizado anteriormente também em equipe.

## 10.2. O GEOPROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES

A partir desse referencial sensetivo coletado, principalmente a partir do entendimento e reconhecimento que os quilombolas possuíam de seu território, partiu-se para campo para mapear, através de equipamentos com GPS, os pontos reais de tudo aquilo que havia sido

caracterizado nas oficinas prévias (Imagens 16 a 19). No total, sete visitas a campo para reconhecimento e mapeamento de pontos através de aparelhos com GPS foram realizadas, objetivando, centralmente, mapear e cadastrar os seguintes pontos:

As atividades de reconhecimento territorial buscaram confrontar o reconhecimento da área de 301 hectares em relação ao uso real feito pela comunidade, seguindo os seguintes pontos relevantes<sup>26</sup>: Cursos hídricos; Núcleos habitacionais e áreas de roçados (atuais e antigos); Principais pontos de atividades agrícolas, pecuárias e de extrativismo; Espaços sagrados; e espaços e áreas de consideradas de usos coletivos. (POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014, p. 4).

Além desse trabalho realizado em 2014, em 2016, duas visitas e atividades de campo foram realizadas pelo autor dessa, com o objetivo de mapear novos pontos que não haviam sido identificados no etnomapeamento passado, pois os mesmos correspondem a novos equipamentos construídos (espaço para reuniões e escola quilombola). Evidentemente, o território e os usos mudam ao longo do tempo, e esse trabalho reflete a construção e a demarcação histórica de uma comunidade pesquisada, centralmente, entre o período de 2014 a 2016/2017. Por um lado, a possibilidade dessas informações entrarem em desuso é muito grande, por outro lado, a torcida e a esperança que isso aconteça é muito grande, principalmente se levar em consideração que essa alteração de cenário signifique uma mudança real nas condições de vida e no acesso a infraestrutura econômica e social no território.

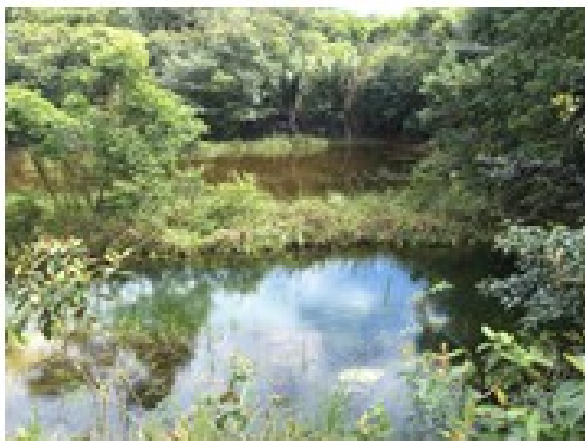
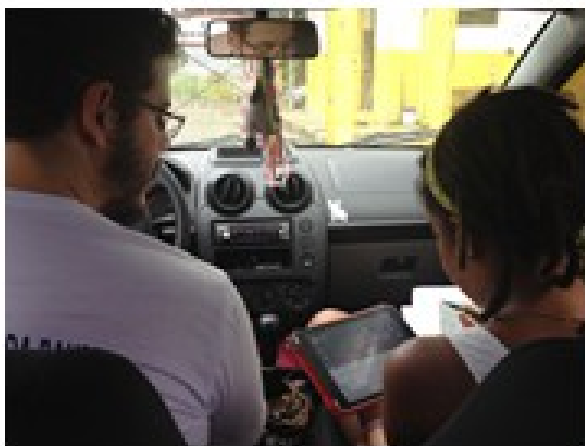
Todavia, independentemente dessas questões, os pontos registrados serviram e ainda servem como base para a construção, em GIS, de mapas temáticos que demonstrem os principais usos da comunidade no espaço. Ao total, cerca de 250 pontos geolocalizados foram cadastrados<sup>27</sup>, somando-se a produção feita para o desenvolvimento desse trabalho e do EtnoAtlas. Os pontos e os trabalhos de reambulação (técnica de identificar e nomear feições conhecidas em carta topográficas ou imagem de satélite) com a comunidade permitiram criar o SIG e as visualizações em vídeo desse território, a partir da construção de uma Maquete Digital do Território.

---

<sup>26</sup> Relatados pela comunidade, e marcados através de GPS.

<sup>27</sup> POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014.

Imagem 9: Atividades de Mapeamento em campo através do GPS e do envolvimento comunitário.



Fonte: POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. (2014)

Registra-se aqui que todos os mapas apresentados ocultam as informações de cadastramento dos pontos. Apesar de o SIG compreender os pontos cadastrados, por motivos e questões relacionadas à segurança e ao sigilo das informações pessoais e sociais dos quilombolas (localização de casas e roças, local de reuniões e atividades coletivas, etc.) aqui opta-se por esconder essas informações, fruto de um permanente estágio de conflito junto a setores que querem fragmentar, dividir e conquistar o território pesquisado.

A partir de todo esse trabalho de mapeamento e sistematização das informações contidas e apontadas pelo grupo pertencente e pertencido por esse território, tornou-se capaz de se fazer alguns apontamentos e observações sobre o mesmo e, junto com a comunidade, desenvolver um projeto específico de preservação e gestão desse território quilombola.

Sobre todo os trabalhos desenvolvidos anteriormente a essa produção, segundo Polli (2014):

Certamente todo o material desenvolvido e entregue para a RAU+E/UFBA e para a Associação de Moradores do Quilombo Rio dos Macacos, assim como as mídias, mapas e documentos informalmente elaborados constituem uma base de dados quali-quantitativos capazes de, inicialmente, seguir desenvolvendo o plano final de diretrizes territoriais para os primeiros cinco anos de permanência garantida do território. Todavia, em que pese o acúmulo material, faz-se necessário aprofundar bastante nas elaborações, aprimorando os diagnósticos, e elaborando um plano completo de diretrizes territoriais de preservação, gestão e desenvolvimento territorial. Nesse sentido, a contratação de pessoal, a aquisição de materiais e recursos disponíveis na prestação de serviços serão de suma importância. (POLLI, 2014, p.25)

Polli (2014) aponta, então, para a necessidade de permanente elaboração sobre o território. O trabalho desenvolvido no PLANTERR/UEFS expressa essa continuidade, e pode ser observado na sistematização do SIG que a seguir é apresentado.

### **10.3. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA)**

Nesse capítulo é apresentada algumas apresentações da modelagem tridimensional do terreno e das informações geográficas, ou geoinformações, que vem sendo coletadas e sistematizadas em uma base de dados geográficos desde 2014, junto à comunidade quilombola de Rio dos Macacos. Foi utilizado para tal procedimento o Google Earth Pro<sup>28</sup> e o SketchUP 2017<sup>29</sup>. Entretanto, antes de demonstrar essa produção, algumas considerações devem ser feitas.

Inicialmente, cabe registrar o que estou chamando de SIG do Quilombo Rio dos Macacos. Seguindo os ensinamentos encontrados em Pereira & Silva (2001), trabalho o conceito de

---

28 Software de licença gratuita disponibilizado pela Google Inc.

29 Desenvolvido e comercializado pela Trimble ®, o software utilizado foi com a licença de estudante disponibilizada pela companhia.

Sistema de Informação a partir do entendimento do mesmo como um modelo de sistematização do “mundo real”:

Um Sistema de Informações contém um conjunto de dados e instrumentos para trabalhar estes dados. Os dados por sua vez quer estejam em formato analógico – mapas, fichas cadastrais, etc. -, ou em formato digital – arquivos de computador – se referem a fenômenos e eventos do “mundo real”. As informações contidas no conjunto de dados, extraídas através de processos perceptivos como generalização, síntese, seleção podem ser usados por outras pessoas além dos organizadores daquele conjunto de dados. A representação física destas informações, que é o conjunto de dados, constitui por sua vez um modelo dos eventos ou fenômenos do mundo real de onde os dados são originados. (PEREIRA & SILVA, 2001, p. 100).

Ainda sobre isso, o conjunto de informações resultantes na criação desse Sistema de Informações é:

A reunião de diferentes pontos de vista sobre o mundo real ou antes, é uma representação do conhecimento sobre o mundo real num determinado momento, ou momentos, e num determinado ponto de vista. (PEREIRA & SILVA, 2001, p. 100).

Se tratando de diferentes pontos de vista e, nesse caso, sobre a espacialização de questões diretamente vinculadas a territorialização e a demarcação geográfica, trabalha-se, então, o conceito de Sistema de Informações Geográficas:

Sistema de Informações Geográficas – SIG -, por sua vez, podem ser considerados como modelos de sistemas do “mundo real”. Estes novos modelos além de cumprir as funções destes dos modelos convencionais (mapas, maquetes, arquivos), acrescentam novos horizontes às atividades de análise, planejamento, projeto e gestão. (PEREIRA & SILVA, 2001, p. 100).

O SIG que apresento começa então, por refletir, a escala mais elementar de um sistema de informações geográficas, relacionada à topografia e a localização das informações. A modelagem tridimensional do terreno pode vir a permitir um melhor entendimento dos quilombolas com o mesmo, além de auxiliar uma melhor manipulação sobre os dados. Sobre isso:

No nível mais elementar, a informação é topográfica e se relaciona com a localização. Em termos gráficos, estes dados são geométricos, ou seja, são feições cartográficas representadas por pontos ou linhas que são os elementos básicos da representação e, além destes, áreas e redes que são outros elementos gráficos construídos utilizando pontos e linhas. Estes podem se exibidos e manipulados em computador com recursos de computação gráfica.

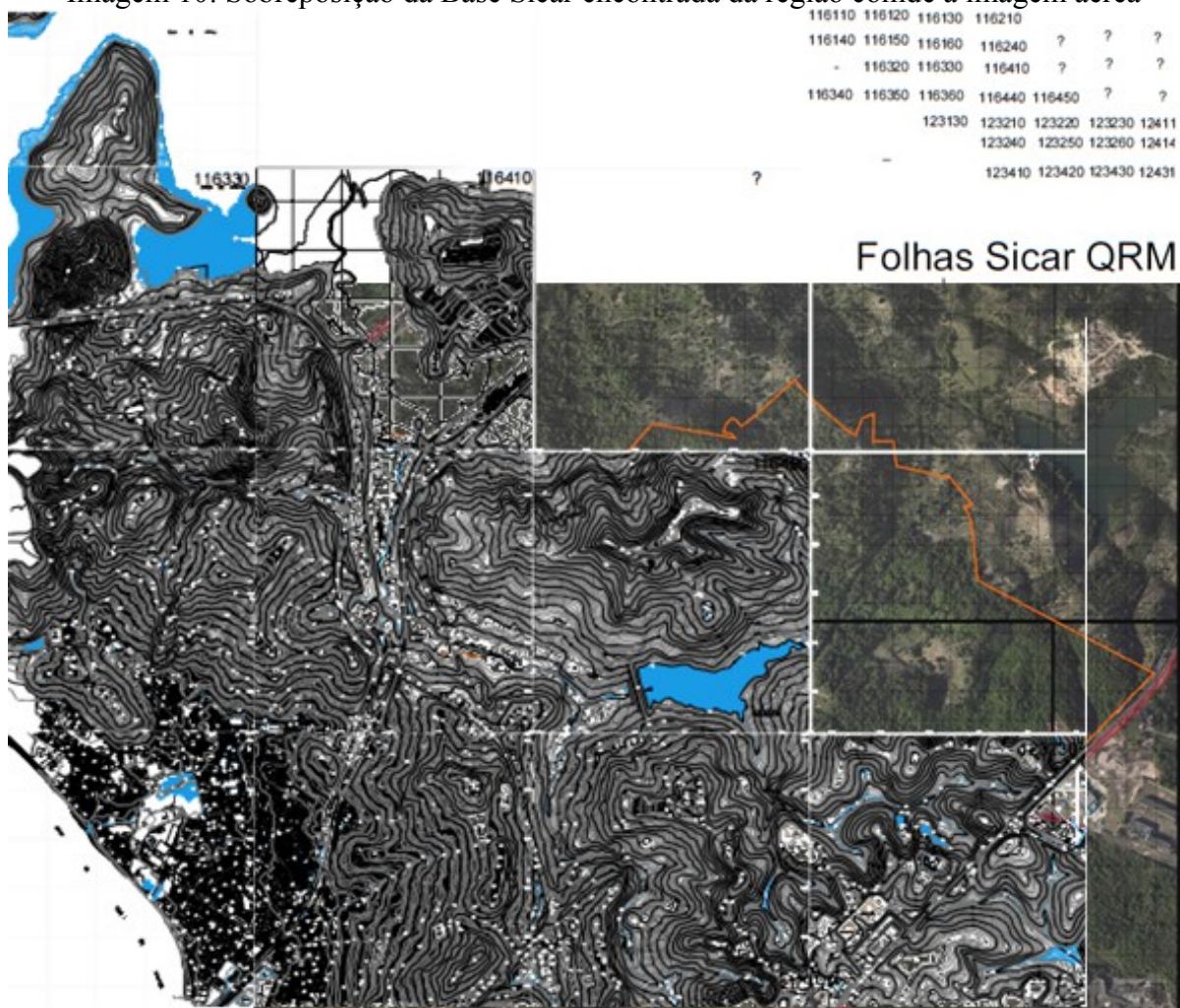
Estas tecnologias possibilitam novas formas de comunicação e uso mais efetivo da informação. (PEREIRA & SILVA, 2001, p. 101).

Nesse sentido que o Google Earth Pro foi utilizado em um momento inicial do trabalho de modelagem do terreno pesquisado. Na verdade, as imagens de satélite disponíveis nesse software, e na própria plataforma do Google Earth, foram fundamentais para a modelagem do terreno e da área pesquisada, fundamentalmente pelo fato do autor dessa pesquisa não se ter informações oficiais e atualizadas sobre o território (muito pelo que já foi dito anteriormente).

Para a modelagem do terreno no SketchUP, fora necessariamente antes de qualquer coisa conseguir as linhas topográficas e de altimetria do terreno. Algumas já haviam sido conseguidas junto a trabalhos técnicos do governo do Estado da Bahia, outras, infelizmente, não foram disponibilizadas ou encontradas. Aparentemente parece haver uma falha nas cartas produzidas, talvez por conta da área estar localizada em uma região limítrofe entre Simões Filho e Salvador, a mesma não teve seus trabalhos sequencialmente desenvolvidos. A imagem 10 demonstra essa ausência de algumas folhas da base Sicar, e a sobreposição de imagens junto para se modelar novas curvas de nível para poder, ao final, observar a volumetria topográfica desse território.



Imagem 10: Sobreposição da Base Sicar encontrada da região com de a imagem aérea

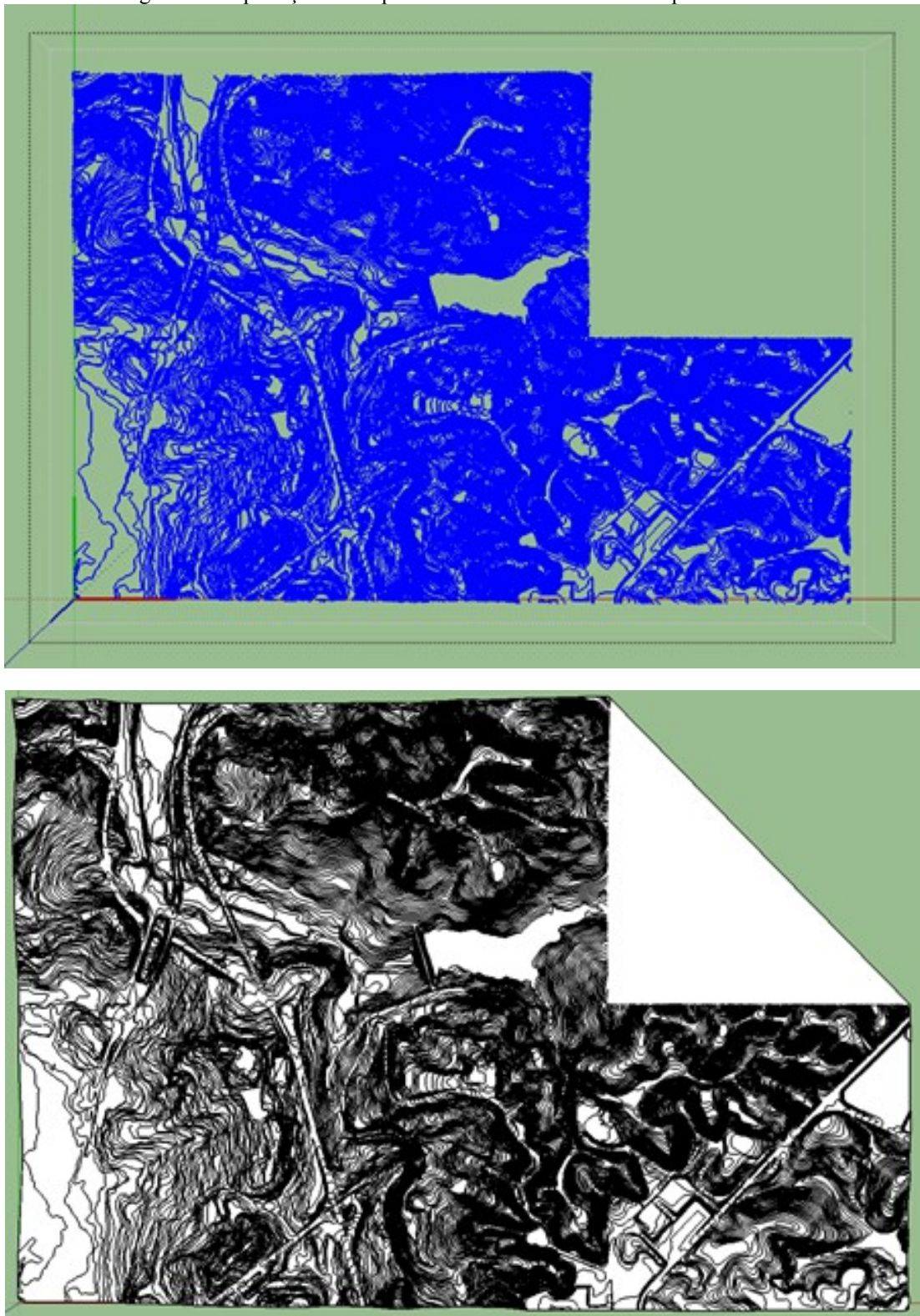


Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). Elaboração Própria.

Na tentativa de não comprometer a visualização total da área de 301 hectares, no SketchUP foi feito uma simulação das curvas de níveis faltantes, a partir de um mapa da área conseguida no Google Earth, e a partir das curvas de nível também disponibilizadas pelo GE (Imagens 11 a 16 ).



Imagens 11: Importação do Arquivo DWG. das curvas de nível para o SketchUP



Fonte: Sicar (1992). Inera (2012). Elaboração Própria.

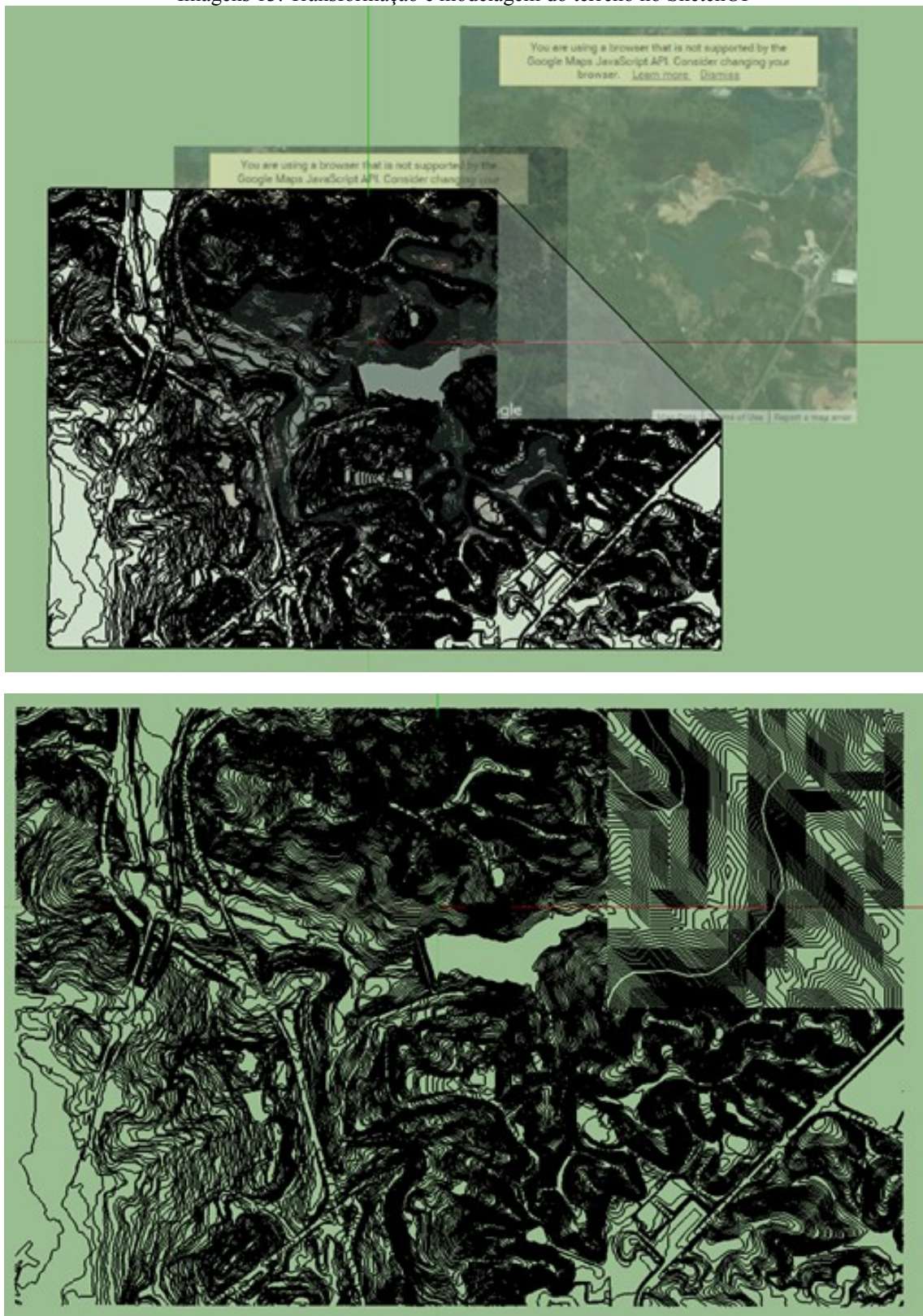
Imagens 12: Importação de imagem da área com falta de informações topográficas no GE



Fonte: Sicar (1992). Inkra (2012). GE (2017). Elaboração Própria.

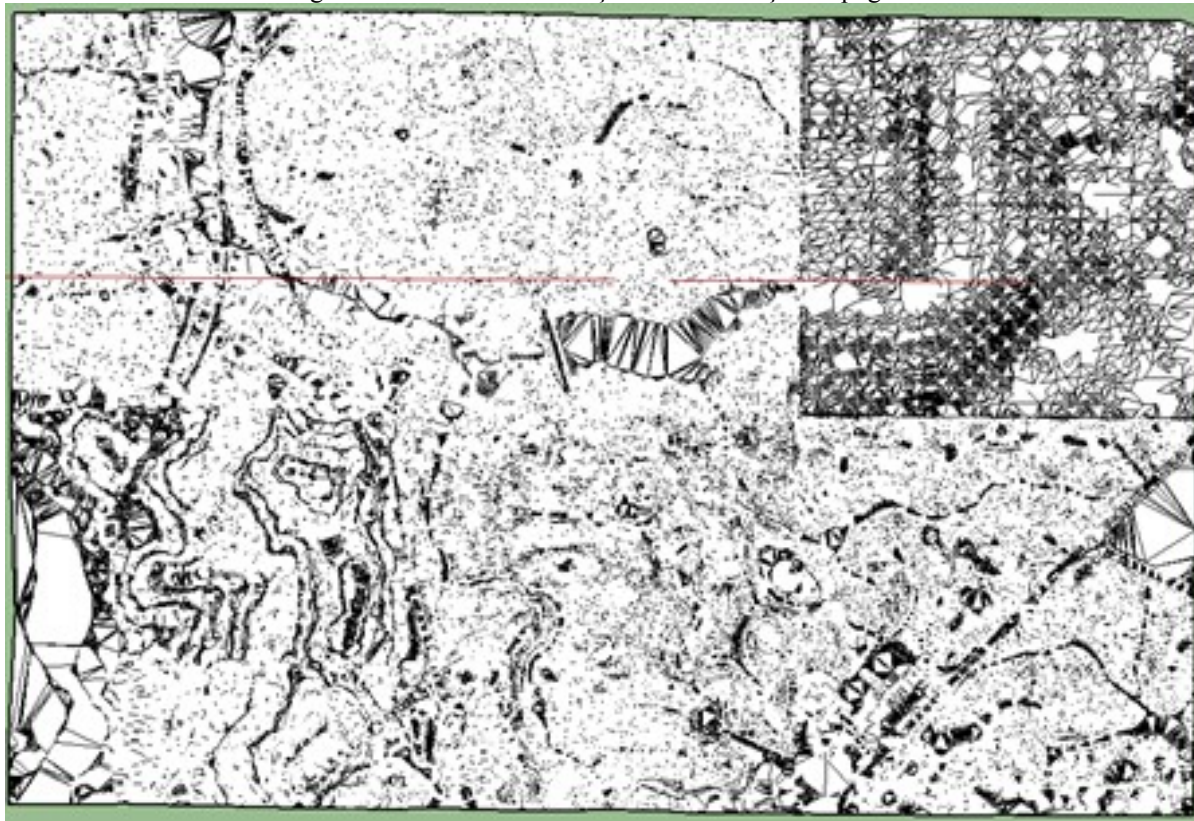


Imagens 13: Transformação e modelagem do terreno no SketchUP



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Elaboração Própria.

Imagem 14: Tridimensionalização das informações topográficas



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Elaboração Própria.

O nível elementar de informações topográficas permitiu, então, criar o cenário básico de representação gráfica para o desenvolvimento, manipulação e processamento das informações geográficas do território. Por cima dele, é possível, então, atribuir as mais variadas informações coletadas, ou que ainda possam ser coletadas, atualizadas, corrigidas, etc. Conforme aponta Pereira & Silva:

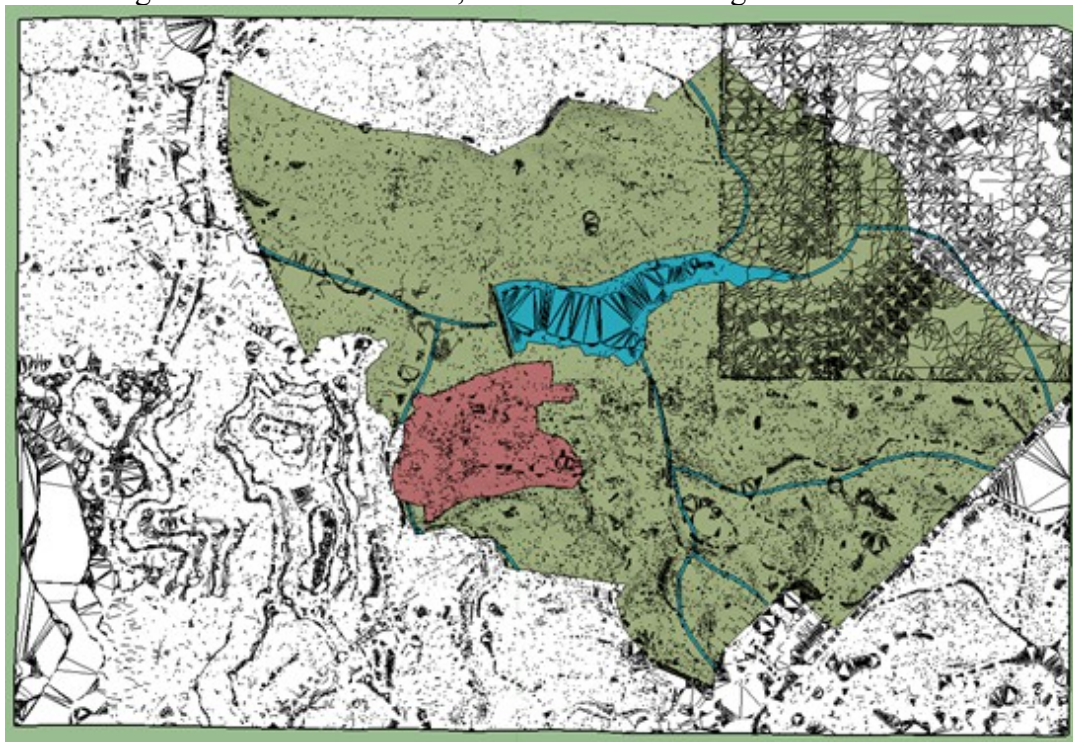
A estas representações gráficas podem ser associados dados físicos, sociais, políticos, econômicos, institucionais, etc., na forma de informação temática, que pode ser apresentado como textos ou números em tabelas. Os termos usados comumente para denominar estes dois tipos de dados são os de informação espacial (ou locacional) e informação não-espacial. (PEREIRA & SILVA, 2001, p. 101).

Sendo assim, acredita-se que o SIG criado permite, então, ser utilizado para diversos elementos voltados a identificação, reconhecimento, cadastramento e, fundamentalmente, gestão e tomadas de decisão no território. A partir das atribuições adicionadas, torna-se



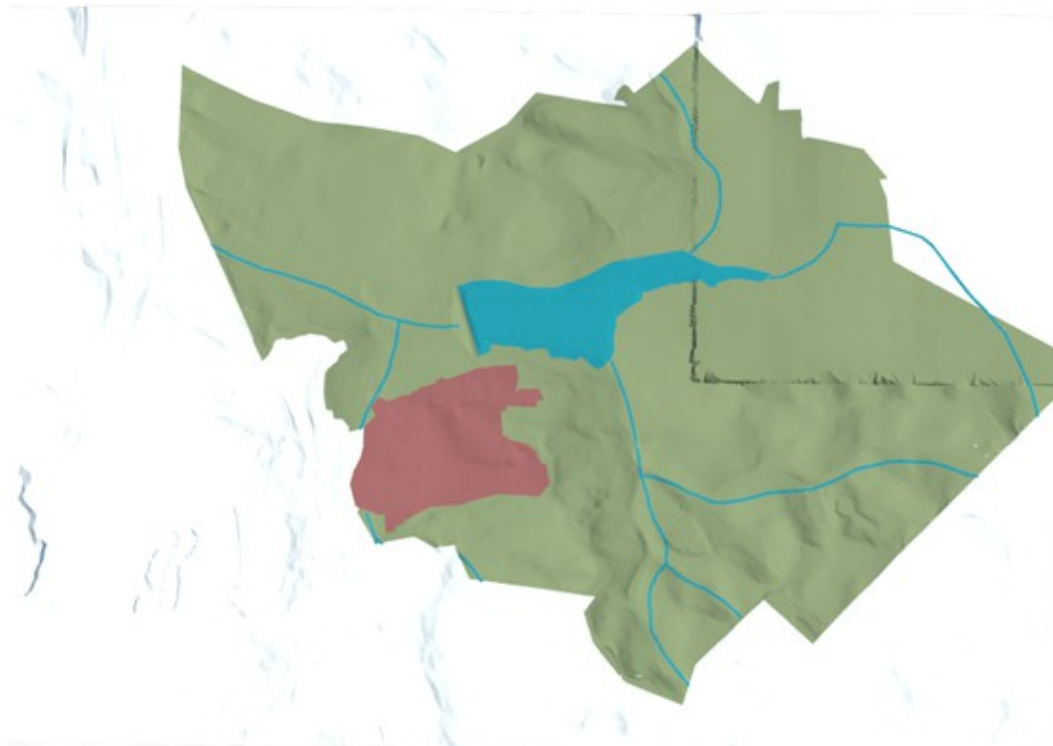
possível desenvolver um modelo de representação espacial da comunidade de Rio dos Macacos, a partir da ótica necessária para determinada questão. O SketchUP, assim como outros softwares, permitem ainda fazer um tratamento das imagens geradas, a partir de um processo conhecido como renderização<sup>30</sup>. (Imagens 24 e 25)

Imagens 15: Adicionada atribuições referentes a área reconhecida pelo Incra 301ha, a barragem de Rio dos Macacos, e a Vila Militar. Imageamento renderizado.



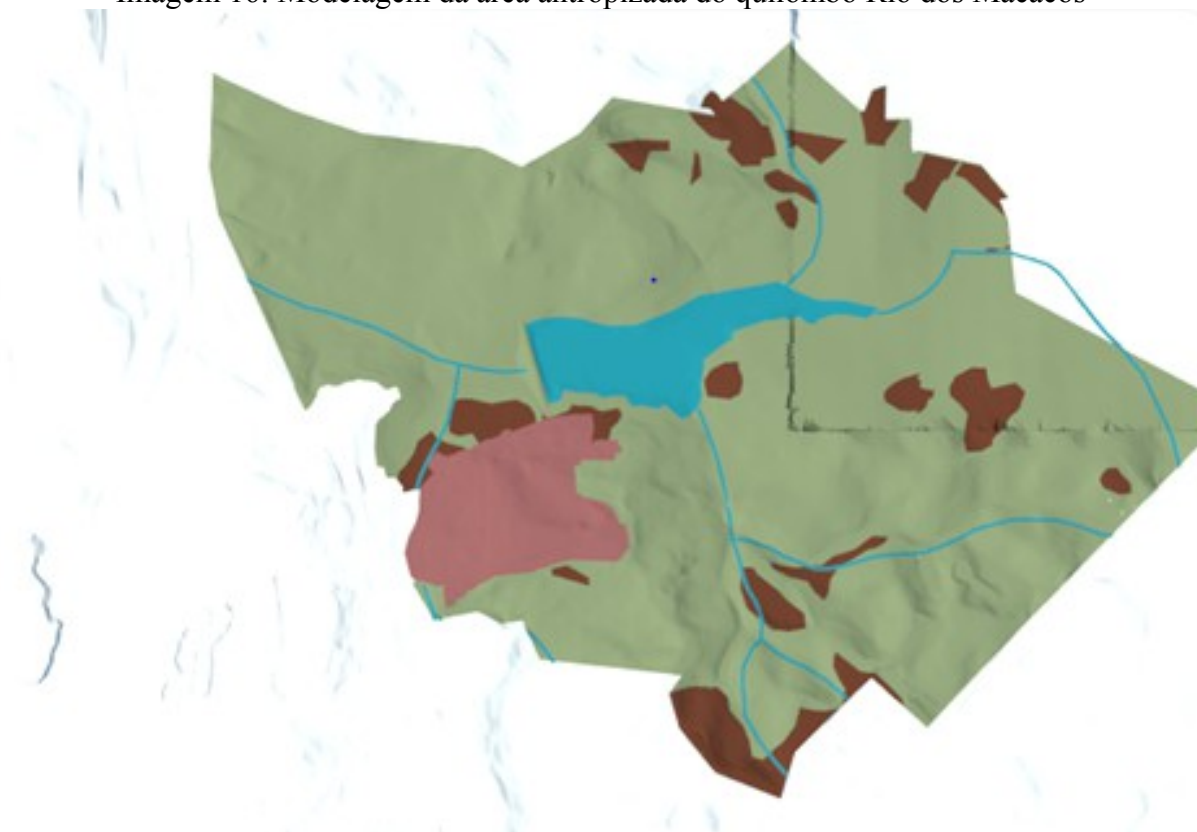
---

30 Renderização é o processo pelo qual se obtém o produto final de um processamento digital qualquer



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Elaboração Própria.

Imagem 16: Modelagem da área antropizada do quilombo Rio dos Macacos



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Elaboração Própria.

Além dos atributos e dos Shapes<sup>31</sup> que podem ser criados e adicionados a modelagem digitalizada e tridimensional do terreno, é possível construir outros elementos gráficos que melhor simbolizem, descrevam e representem a comunidade quilombola de Rio dos Macacos, e que não foram ainda coletados, mas que já surge como possibilidade de desenvolvimento desse trabalho.. Por se tratar de um modelo experimental, cabe dizer que a expectativa do autor é a de dar continuidade a esse trabalho, e que o mesmo seja desenvolvido e melhor formatado.

Mesmo assim, visando demonstrar essa possibilidade de representação gráfica, foi construído alguns símbolos (Imagem 17) que servem para representar os pontos geoespaciais encontrados e permitir uma melhor visualização dos mesmos. Sigo reforçando, entretanto, que a legenda e contendo os pontos e os nomes de cada um seguem sendo ocultados nesse trabalho. Espera-se que com a demarcação final do território, o trabalho seja enfim, exposto na sua íntegra.

Imagem 17: Simbologias criadas para determinar determinados usos, espaços e atividades.

---

31 O “shape” é um tipo de arquivo digital que representa uma feição ou elemento gráfico, seja ela em formato de ponto, linha ou polígono e que contém uma referência espacial (coordenadas geográficas) de qualquer que seja o elemento mapeado.



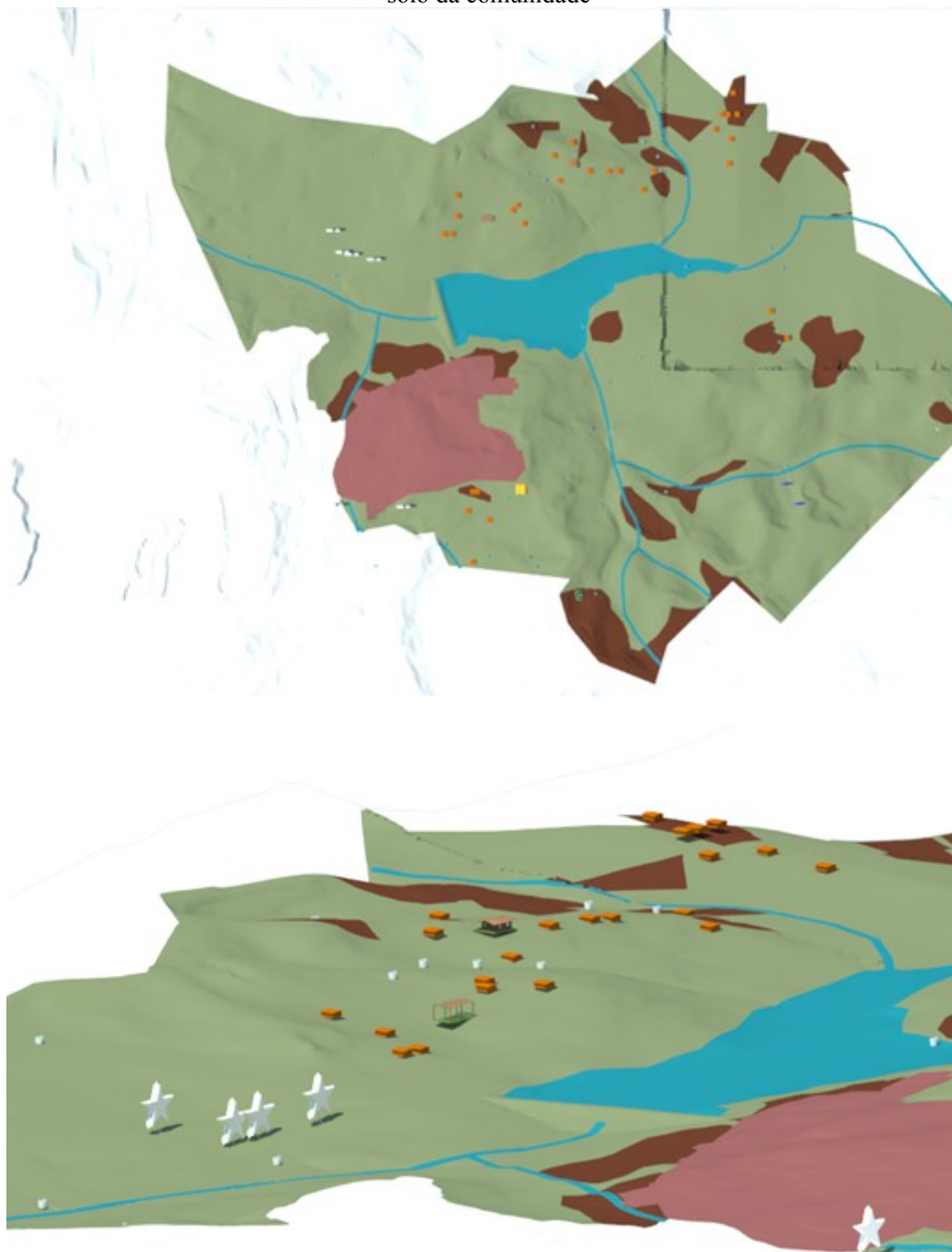
Fonte: Elaboração Própria.

Criando-se essa simbologia própria, é possível, então, criar, manipular e visualizar uma grande quantidade de mapas temáticos sobre o território, que dependerá das necessidades de cada interessado, bastando apenas gerenciar as informações, e manipular o software a partir das necessidades buscadas.

Nesse ínterim, as imagens que se seguem (de 18 e 19) servem para demonstrar um pouco sobre o SIG criado do Quilombo Rio dos Macacos. Posteriormente a elas, apresento minhas considerações finais sobre o trabalho desenvolvido.

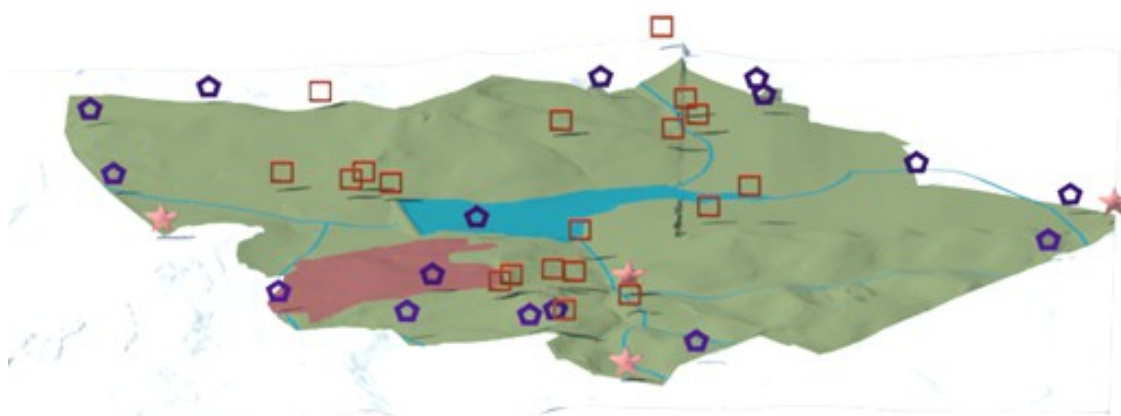


Imagem 18: Modelagem e detalhamento das informações referentes a ocupação e ao uso do solo da comunidade



Fonte: Sicar (1992). Inera (2012). GE (2017). Polli et all (2014). Elaboração Própria.

Imagens 19: Modelagem e detalhamento das informações referentes aos pontos hídricos, aos relacionados a acessos e caminhos, e os de produção e roças.



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Polli et all (2014). Elaboração Própria.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse Relatório Técnico, informo que o mesmo é complementado pelo EtnoAtlas entregue em anexo e apresento apenas duas considerações finais sobre o mesmo. A primeira está diretamente vinculada a afirmação da ciência como instrumento transformador da realidade e, quando utilizada de maneira consciente, sem amarras e por fora dos ciclos dominantes de pensamento podem apresentar novas reflexões e potencializar discussões determinantes para nossa sociedade. A segunda afirmação se direciona diretamente ao fato de que essa disputa cartográfica apresentada nesse EtnoAtlas tem um lado, o de fortalecer os grupos sociais que historicamente seguem na luta pelo reconhecimento territorial e identitário.

Nesse sentido, reforço a importância da continuidade e dos variados trabalhos que compõem esse trabalho. Sem sombra de dúvidas o material entregue para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana não pode estar desassociado de todo o trabalho complementar desenvolvido pelo autor, e por diversos parceiros encontrados na jornada de ativismo social, e produção técnica e científica.

Da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (PPGAU/UBA) ao EtnoAtlas, passando pelo material de apoio bibliográfico dessa produção, pela dissertação em desenvolvimento no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA), além das fotos, mapas, desenhos, pinturas, reuniões, lembranças, festas, trilhas, caminhadas, etc. Todo o trabalho na pós-graduação foi destinado à dar visibilidade e voz a essa comunidade.

Toda a produção iniciada ainda em 2013/2014 se complementa a cada dia, e faz parte de todo um simbolismo criado para reforçar a importância desse quilombo, e do mesmo ter sido alvo de pesquisa e investigação, não somente desse autor, mas de diversos pesquisadores que seguem transformando o ambiente universitário em uma área propícia e fértil para o desenvolvimento de reflexões e proposições que fazem valer o seu papel social.

Como pesquisador, me sinto competente e realizado por ter contribuído dessa forma para as análises históricas, territoriais e sociais do Quilombo Rio dos Macacos (BA). Por mais que precise fazer uma “meia culpa”, a faço com a sabedoria de quem foi além, mas se deparou com dificuldades reais. O EtnoAtlas e o trabalho desenvolvido até então poderia – e deveria – ser muito mais completo. Na verdade, essa afirmação traz um sentimento duplo: a) a de limitação diante das dificuldades objetivas de pesquisador/trabalhador/ser humano que me afastaram de uma relação mais próxima com a comunidade nos últimos tempos; b) porém, a

certeza de que outros trabalhos poderão dar continuidade ao que aqui foi desenvolvido e produzido, afinal, essa é uma tarefa para muitos.

Mas, o objetivo em seguir dando continuidade a esse tema me anima e me motiva, a seguir na produção de pesquisa voltada a favorecer aqueles que a sociedade e os setores dominantes cada vez mais empurram para a marginalidade e a invisibilidade.

## **12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. São Paulo, EDUSP. 1981.

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: Cartografias Sociais e Território. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito”. In Humanidades. Número 15, Ano IV. Brasília: EdUnB. 1989.

\_\_\_\_\_. Identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Alcântara (MA). 2002.

\_\_\_\_\_. Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM. 2006.

ARRUTI, J. M. P. A. As comunidades negras rurais e suas terras. Dimensões - revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Dossiê Territórios, espaços e fronteiras), Vitória, p. 243-270, 2002.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas para quilombos - Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da Saúde. Tempo e Presença (Impresso), v. 11, p. 6-10, 2008.

\_\_\_\_\_. Apresentação: uma visão da conjuntura quilombola (Dossiê "Contexto Quilombola"). Tempo e Presença (Impresso), v. 11, p. 4-5, 2008.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia e Quilombolos: territórios étnicos africanos no Brasil. Africana Studia, n. 9, p. 337-355, São Paulo, 2006.

ATAIDE, Marcos Sebastião. Aplicações da Etnocartografia. 2005. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso. UFMA, Manaus, 2005.

ATAIDE, Marcos Sebastião; MARTINS, Ayrton Luiz U. A Etnocartografia Como Ferramenta de Gestão. In: XXII Congresso Brasileiro de Cartografia. Macaé, 2005.

BARROS, J. A. A. Gerenciamento e uso da informação aplicada na área de segurança pública do Estado de Santa Catarina – um estudo de caso no CIASC. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. 106 p.

BORGES, K. A. V. Modelagem de dados geográficos: uma extensão do modelo OMT para aplicações geográficas. 1997. 139 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Governo – Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte-MG;

CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira. Fundamentos do Geoprocessamento: Conceitos Básicos em Ciência da Geoinformação. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap2-conceitos.pdf>. Capturado em 09/10/2014 às 14:07 horas.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini, A (Re)Produção do Espaço Urbano, 1ª ed., São Paulo, EDUSP, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de ; PEREIRA, G. C. . Salvador, uma metrópole em transformação. In: Inaiá Maria Moreira de Carvalho; Gilberto Corso Pereira. (Org.). Salvador: transformações na ordem urbana. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles, 2014, v. 1, p. 236-261.

- CHAPIN, Mac. Mapeo de tierras indígenas. In: SALAMANCA, C; ESPINA; R. (Organizadores). Mapas i derechos: experiencias y aprendizajes em America Latina. Rosario: UNR Editora, 2012, Cap 1, p. 13-49.
- CHAPIN, Mac; THRELKELD, Bill; et all. Indigenous Landscapes. A study in Ethnoscotography. Arlington (Va): Center for the support of Native Lands, 2001.
- CHAPIN, Mac; THREKELD, Bill; et all. Mapping Indigenous Lands. Annu. Rev. Anthropol. 2005.
- CORDEIRO, Paula Regina. A comunidade quilombola de rio dos macacos: um conflito cotidiano entre o território militarizado e o território da vida. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. UFBA, 2014.
- DENNISTON, Derek. Defending the Land with Maps. 1994 World Watch. January/February. Disponível em <http://www.iapad.org/publications/ppgis/Tese-Cloude-72a.pdf>, acessado em 07 de novembro de 2014.
- FABIANI, Adelmir. Mato, Palhoça e Pilão: O quilombo da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Volume I. Ensaio de Interpretação Sociológica. Editora Globo, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. História da sexualidade; a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.
- FORTES, M. E. P.. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade de Rio dos Macacos. 2012.
- FOX, J. et all “O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial” In Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2008, p. 71-84.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. p.31.
- \_\_\_\_\_. Educação como prática da liberdade, 1966.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p.99.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.) Geografia: conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- \_\_\_\_\_. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997
- \_\_\_\_\_. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HERLIHY, Peter H. & KNAPP, Gregory (eds.). Maps of, by and for the Peoples of Latin America. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

IKEMATU, R. S. Gestão de metadados: sua evolução na tecnologia da informação. DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, [s.l.], v. 2, n. 6, 2001. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/dez01/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/dez01/Art_02.htm). Acesso 25 set. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. Salvador, 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola; desafios, conquistas e impasses atuais. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2008.

LOPES, Nei. Novo Dicionário Bantu do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. Revista USP, n. 68. Dez/jan/fev 2005 e 2006, p.104 – 111. São Paulo, SP. 2006.

MOURA, Clóvis. Quilombos: Resistência ao escravismo. 3º Ed; São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. Rebeliões na Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas. São Paulo: Ed. Zumbi. 1959.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e Racismo. IN: RATTIS, Alex. Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kwanza, 2007. p.98-102.

NATIRUTS, Banda. Álbum Povo Brasileiro: Palmares 1999. Faixa 5. Compositor: Alexandre Carlo Cruz Pereira. Electric and Musical Industries Ltd, 1999.

NETO, J. A. de S.; CARNEIRO, A. F. T. & PAIXÃO, S. K. S. O Uso da IDE na Gestão Territorial. Revista Brasileira de Cartografia n. 63 (3), 2011. p. 351- 360.

PEREIRA, Gilberto Corso; SILVA, Sylvio Bandeira de Melo; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Salvador no século XXI: transformações demográficas, sociais, urbanas e metropolitanas – cenários e desafios. Relatório Final da Fundação Mario Leal Ferreira. Salvador, Bahia. 2016

PEREIRA, Gilberto Corso. Organização social do território e formas de provisão de moradia. In: Inaiá Maria Moreira de Carvalho; Gilberto Corso Pereira. (Org.). Salvador: transformações na ordem urbana. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles, 2014, v. 1, p. 141-173.

PEREIRA, Gilberto Corso; SOUZA, Angela Maria Gordilho ; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Polarização e Segregação Socioespacial em uma Metrópole Periférica. Cadernos do CRH (UFBA), Salvador, v. 17, n. 41, p. 281-297, 2004.

PEREIRA, Gilberto Corso; SILVA, Barbara-Christine. Geoprocessamento e Urbanismo. Capítulo do livro Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades, Lucia Helena de Oliveira Gerardi; Iandara Alves Mendes. (Org.). 1 ed. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP; AGETEO, 2001, v. , p. 97-137.

POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. Relatório Síntese de Caracterização da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. Residência AU+E. PPGAU/UFBA. Salvador, 2014.

POLLI, Leonardo de Souza; Projeto de Diretrizes Territoriais Preliminares do Quilombo Rio dos Macacos (BA). Residência AU+E. PPGAU/UFBA. Salvador, 2014.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Plano Salvador 500. Fundação Mário Leal Ferreira. Salvador, Bahia. 2015.

SANTOS, Milton, A Urbanização Brasileira. São Paulo, 3<sup>a</sup> ed. Editora Hucitec, 2012.

\_\_\_\_\_. Espaço e Método. Coleção Milton Santos. São Paulo, 5<sup>a</sup> ed, EDUSP, 2012.

\_\_\_\_\_. Por uma Geografia Cidadã: Por uma epistemologia da existência. Publicado pela Associação de Geógrafos Brasileiros, Portal de Periódicos UFRGS. Porto Alegre, 1996. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350> >, acessado em 12 de Janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Modo de Produção Técnico Científico e Diferenciação Espacial. Revista Território, ano IV, nº6, jan/jun. 1999.

Santos, Renato Emerson. Ativismos Cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. Revista Geográfica de América Central. Número Especial do Encontro de Geógrafos da América Latina. Costa Rica, p. 1 – 17. 2011.

SCHMITT, Alessandra. A Atualização do Conceito Quilombola: Identidade e território nas questões teóricas. Ambiente&Sociedade, Ano V, Nº10, 2002.

SMITH, Derek A. 2003. Participatory Mapping of Community Lands and Hunting Yields Among the Buglé of Western Panama. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

SOUZA, Angela Gordilho. Limites do Habitar. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2<sup>a</sup> ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. I. E. de et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Programa Brasil Quilombola. Governo Federal, Relatório de 2012.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013 -2015. Brasília, Governo Federal, 2013.

### **13.APÊNDICE - ETNOATLAS**

Segue nesse apêndice o EtnoAtlas do Quilombo Rio dos Macacos (BA), apresentado junto ao PLANTERR em Agosto de 2017 (Páginas 95 a 126). Objetiva-se fazer uma ampla revisão desse material produzido, e junto com a comunidade tentar captar recursos para publicação de um material que conte, também, com novos aportes e considerações da comunidade.